

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

LUÍS FELIPE OTA

Cobertura e uso da terra no município do Prado/BA entre 1985 e 2021

São Paulo
2023

LUÍS FELIPE OTA

Cobertura e uso da terra no município do Prado/BA entre 1985 e 2021

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Sueli Angelo Furlan

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

087c Ota, Luís Felipe
Cobertura e uso da terra no município do Prado/BA
entre 1985 e 2021 / Luís Felipe Ota; orientadora
Sueli Angelo Furlan - São Paulo, 2023.
89 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.

1. Cobertura e uso da terra. 2. Desmatamento. 3.
MapBiomas. 4. Áreas protegidas. 5. Mata Atlântica -
Extremo sul da Bahia. I. Furlan, Sueli Angelo,
orient. II. Título.

Nome: OTA, Luís Felipe.

Título: **Cobertura e uso da terra no município do Prado/BA entre 1985 e 2021.**

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Aprovado em:

Banca examinadora

Profa. Dra. Sueli Angelo Furlan

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. Reinaldo Paul Pérez Machado

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dra. Giorgia Limnios

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Pelo apoio, companheirismo e aprendizado, seja desde sempre ou desde tempos mais recentes, agradeço:

À minha família, amigas e amigos.

Às professoras, professores e colegas que conheci durante minha formação.

À equipe do Parque Nacional do Descobrimento e todas as pessoas que conheci através do programa de voluntariado do ICMBio.

“A Terra parece ter derramado toda a sua riqueza de cores e formas nas flores e também nos animais, em particular nos pássaros, borboletas e outros insetos, que em grandes quantidades dão vida às fragrantas florestas de plantas. Sim! É no Brasil, e em nenhum outro país, onde se encontra aquele paraíso hespérico, lugar de esperanças da nossa terra, com o qual sonhávamos já em tempos remotos!”

(SPIX & MARTIUS, 1817).

“Às pesadas tarefas, soma-se a impenetrabilidade das florestas, nas quais as árvores e as plantas herbáceas, conjuntamente com os cipós lenhosos, transformam o mato num emaranhado impenetrável; e logo vêm os carrapatos, os quais, nas visitas ao mato, penetram na pele por milhares e incham-se de sangue; as formigas, que com suas terríveis picadas provocam inflamações e, finalmente, os bichos-de-pé, que penetram na planta do pé e afundam a ferida, na medida em que vão se reproduzindo.”

(SPIX & MARTIUS, 1817).

RESUMO

OTA, Luís Felipe. **Cobertura e uso da terra no município do Prado/BA entre 1985 e 2021**. 2023. 89 f. Trabalho de Graduação Individual (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as mudanças na cobertura e uso da terra no município do Prado/BA, onde se localizam o Parque Nacional do Descobrimento (PND) e as terras indígenas (TI) Comexatibá, Águas Belas e Barra Velha do Monte Pascoal. Englobando o íterim entre 1985 e 2021, também se buscou compreender o processo de ocupação e desmatamento da Mata Atlântica no Extremo Sul da Bahia e examinar o papel das áreas protegidas do município na conservação de seus fragmentos de Mata Atlântica. Através de pesquisa bibliográfica, dados da Coleção 7.1 do MapBiomas e a realização de trabalho de campo, foi possível conduzir uma análise geográfica e evolutiva. Averiguou-se que a formação do Extremo Sul baiano como uma região à parte da região sul ocorreu através das alterações socioeconômicas decorrentes do cultivo de cacau (em relação ao eixo Itabuna_Ilhéus), do extrativismo madeireiro e da pecuária extensiva, isto é, demonstrando intrínseca relação com o uso e cobertura da terra. Como consequência, a mata de tabuleiro que antes abrangia todo esse território foi sendo suprimida, ameaçando a biodiversidade da chamada Hileia Baiana. Esta vegetação e outras áreas naturais recobriam mais da metade do Prado em 1985, mas começaram a apresentar queda logo no primeiro período avaliado, entre 1985 e 1991. Somente entre 2003 e 2009 a cobertura natural voltou a aumentar, demonstrando uma tendência que deve continuar, assim como a ampliação das áreas destinadas ao plantio de eucalipto, café e outras lavouras. As pastagens, que passaram a ser a classe mais extensa de cobertura e uso da terra, estão diminuindo, enquanto a silvicultura tem potencial para imprimir profundas alterações na dinâmica do município, assim como de todo o Extremo Sul. Além disso, notou-se que as Unidades de Conservação foram fundamentais para proteger os remanescentes da Mata Atlântica, ao passo que as Terras Indígenas vêm sendo alvo de conflitos e não têm favorecido a conservação ambiental. Em 2023, com a revisão do Plano de Manejo do PND, as áreas de sobreposição com a TI Comexatibá deverão compor uma zona específica do zoneamento do parque, fortalecendo a gestão sob regime de dupla afetação, e também crescem as expectativas quanto à homologação desta terra indígena. Este ato, se realizado, poderia contribuir ainda mais para a tendência de expansão da cobertura natural do município, ainda mais por se tratar de local onde loteamentos irregulares (inclusive em assentamentos) têm surgido recentemente.

Palavras-chave: Cobertura e uso da terra. Desmatamento. MapBiomas. Áreas Protegidas. Mata Atlântica. Extremo Sul da Bahia.

ABSTRACT

OTA, Luís Felipe. **Land use and land cover in the municipality of Prado, Bahia state (Brazil), between 1985 and 2021**. 2023. 89 p. Capstone Project (Bachelor's Degree in Geography) – Faculty of Philosophy, Languages and Literature, and Humans Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2023.

This research aimed to analyze changes in land use and land cover in the municipality of Prado, Bahia, where the Descobrimento National Park and the indigenous lands Comexatibá, Águas Belas, and Barra Velha do Monte Pascoal are located. Spanning the period between 1985 and 2021, this study also sought to understand the process of occupation and deforestation of the Atlantic Forest in the southernmost part of Bahia and examine the role of the municipality's protected areas in the conservation of its Atlantic Forest fragments. Through bibliographic research, data from the MapBiomias Collection 7.1, and fieldwork, it was possible to conduct a geographic and evolutionary analysis. It was found that the formation of the southernmost region of Bahia as a distinct area from the southern region occurred through socioeconomic changes resulting from cocoa cultivation (compared to the Itabuna-Ilhéus axis), logging, and extensive livestock farming, demonstrating an intrinsic relationship with land use and land cover. As a consequence, the tabuleiro forest that once covered this entire territory has been deforested, threatening the biodiversity of the so-called Hileia Baiana. This vegetation and other natural areas covered over half of Prado in 1985 but began to decline in the first period evaluated, between 1985 and 1991. Only between 2003 and 2009 did natural coverage start to increase again, demonstrating a trend that is likely to continue, along with the expansion of areas dedicated to eucalyptus, coffee, and other crops. Pastures, which have become the most extensive land cover class, are decreasing, while silviculture has the potential to bring about profound changes in the municipality's dynamics, as well as in the entire southernmost region. Additionally, it was noted that the Conservation Units were fundamental in protecting the remaining Atlantic Forest, while the Indigenous Lands have been the subject of conflicts and have not favored environmental conservation. In 2023, with the revision of the Management Plan for the Descobrimento National Park, the overlapping areas with the Comexatibá Indigenous Land are expected to constitute a specific zone within the park's zoning, strengthening management under a dual-use regime, and expectations for the homologation of this indigenous land are also growing. This act, if carried out, could further contribute to the trend of natural coverage growth in the municipality, particularly in an area where irregular occupations (including in government rural settlement project areas) have recently emerged.

Keywords: Land use and land cover. Deforestation. MapBiomias. Protected areas. Brazil's Atlantic Forest. Extreme south of Bahia.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

DIAGRAMAS

Diagrama 1 – Transições das áreas naturais e das classes de usos antrópicos (discriminadas)	81
---	----

FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Venda de artesanato confeccionado com madeiras nativas na BR-101 (altura de Montinho, divisa entre Porto Seguro e Itabela)	30
Fotografia 2 – Monte Pascoal visto a partir da estrada ao norte do Parque Nacional do Descobrimento	34
Fotografia 3 – Barra do Cahy na porção em que o Rio Cahy deságua no mar	35
Fotografia 4 – Barra do Cahy, onde há indicação de que seria a “primeira praia do Brasil”	36
Fotografia 5 – Vista do Rio Jucuruçu a partir do Píer do Aymorés, próximo ao centro do Prado	37
Fotografia 6 – Cultivo de café em propriedade no interior do PND	65
Fotografia 7 – Aldeia Tibá em área de sobreposição entre o PARNA do Descobrimento e a TI Comexatibá	68
Fotografia 8 – Banner indicando lotes à venda	70
Fotografia 9 – Terrenos loteados para venda	70
Fotografia 10 – Consolidação do bairro do Basevi sobre vegetação de restinga	71
Fotografia 11 – Porção do bairro do Basevi a ser ocupada sobre área de restinga	72
Fotografia 12 – Lotes menores e mais afastados do centro, em direção ao interior	73
Fotografia 13 – Artesanato na aldeia Cahy/Kaí	74
Fotografia 14 – Vista do mirante do PARNA do Descobrimento, com a Lagoa Só Não Vou ao centro	76

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Variação da cobertura natural e dos usos antrópicos	78
Gráfico 2 – Variação das áreas naturais e das classes de usos antrópicos (discriminadas)	80

MAPAS

Mapa 1 – Mata Atlântica no Brasil	23
Mapa 2 – Extremo Sul da Bahia	24
Mapa 3 – Mata Atlântica (Floresta Ombrófila Densa e Floresta Estacional Semidecidual) no Extremo Sul da Bahia em 1945, 1960 e 1974	26
Mapa 4 – Área de estudo	38
Mapa 5 – Zona turística da Costa das Baleias	39
Mapa 6 – Hidrografia	41
Mapa 7 – Unidades de Conservação e Terras Indígenas	43
Mapa 8 – Assentamentos e Terras Indígenas	44
Mapa 9 – Imagens de satélite antigas do município do Prado: 1973 e 1984	46
Mapa 10 – Cobertura e uso da terra em 1985 e 1991	49
Mapa 11 – Áreas de silvicultura no Prado/BA em 1991/92	51
Mapa 12 – Cobertura e uso da terra em 1991 e 1997	54
Mapa 13 – Cobertura e uso da terra em 1997 e 2003	57
Mapa 14 – Cobertura e uso da terra em 2003 e 2009	60
Mapa 15 – Cobertura e uso da terra em 2009 e 2015	62
Mapa 16 – Cobertura e uso da terra em 2015 e 2021	66
Mapa 17 – Prado em 2023	67
Mapa 18 – Loteamentos	69
Mapa 19 – Cobertura natural e usos antrópicos em 1985 e 2021	79

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADROS

Quadro 1 – Classes de cobertura e uso da terra da Coleção 7.1 do MapBiomas, com as classes presentes no Prado destacadas em verde (cobertura natural), amarelo (usos antrópicos) e cinza (não observado/indeterminado)	20
--	----

TABELAS

Tabela 1 – Produção agrícola (lavouras perenes) no Prado em 2021	41
Tabela 2 – Produção agrícola (lavouras temporárias) no Prado em 2021	42
Tabela 3 – Produção pecuária no Prado em 2021	42
Tabela 4 – Área (hectares) das classes de cobertura e uso da terra no município do Prado/BA, em 1985 e 1991	47
Tabela 5 – Área (hectares) das classes de cobertura e uso da terra no município do Prado/BA, em 1991 e 1997	53
Tabela 6 – Área (hectares) das classes de cobertura e uso da terra no município do Prado/BA, em 1997 e 2003	56
Tabela 7 – Área (hectares) das classes de cobertura e uso da terra no município do Prado/BA, em 2003 e 2009	58
Tabela 8 – Área (hectares) das classes de cobertura e uso da terra no município do Prado/BA, em 2009 e 2015	61
Tabela 9 – Área (hectares) das classes de cobertura e uso da terra no município do Prado/BA, em 2015 e 2021	64
Tabela 10 – Área (hectares) da cobertura natural e dos usos antrópicos no município do Prado/BA, em 2015 e 2021	77
Tabela 11 – Proporção (%) da cobertura natural em relação a área total	82

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

BA	Bahia
CCMA	Corredor Central da Mata Atlântica
CEPEC	Centro de Pesquisas do Cacau
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
EMPLASA	Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
ha	hectare
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPES	Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organização não governamental
PA	Projeto de Assentamento
PAM	Produção Agrícola Municipal
PARNA	Parque Nacional
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Parque Nacional do Descobrimento
PNHMP	Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal
PPM	Pesquisa da Pecuária Municipal
RBMA	Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
REBIO	Reserva Biológica
RESEX	Reserva Extrativista
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
TI	Terra Indígena
UC	Unidade de Conservação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo
ZA	Zona de Amortecimento

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	i
EPÍGRAFE	ii
RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
LISTAS DE ILUSTRAÇÕES	v
LISTA DE QUADROS TABELAS	vi
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	vii
1. APRESENTAÇÃO	13
2. INTRODUÇÃO	15
3. OBJETIVOS	17
3.1. Objetivo geral	17
3.2. Objetivos específicos	17
4. REFERENCIAL TEÓRICO	17
5. MÉTODO E PROCEDIMENTOS	19
6. ÁREA DE ESTUDO	22
6.1. Mata Atlântica no Extremo Sul da Bahia	22
6.2. Município do Prado	33
7. RESULTADOS E DISCUSSÃO	45
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	84

1. APRESENTAÇÃO

Esta monografia, como trabalho de graduação individual do curso de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, é o resultado de todo um processo que, formalmente, teve início em 2017, quando ingressei no curso.

Todavia, seria justo lembrar os motivos pelos quais decidi estudar Geografia: de início, um intrínseco fascínio pela natureza, com toda sua imponente e riqueza de diversidade de vida e ambientes, concebendo tanto sensação de deslumbramento como de assombro; depois, começando a desenvolver uma nova compreensão quanto à relação entre nós, como sociedade humana, e a natureza, percebendo-nos como a própria natureza em vez de parte ou à parte desta, em um processo ainda em curso e provavelmente infundável.

Assimilando essa interpretação holística perante ao mundo, não pude deixar de assumir também uma visão crítica acerca da sociedade e suas desigualdades. O desejo inicial de entender e proteger o meio ambiente e os animais transformou-se, então, em aspiração por justiça social.

Retornando ao ano de 2017, tive primeiro contato com as bases teóricas da Geografia, entendendo-a como integrante das ciências humanas (tal qual seu enquadramento institucional na USP), mas em contato íntimo com as ciências ambientais e da Terra. Logo, os trabalhos de campo em anos seguintes foram fundamentais para auxiliar na percepção quanto às relações entre os elementos que compõem a paisagem, conforme explanados em sala de aula.

Além das disciplinas cursadas no Departamento de Geografia, tive a oportunidade de buscar conhecimento no Departamento de História (também da FFLCH), Instituto de Biociências, Instituto Oceanográfico, Museu de Zoologia, Instituto de Geociências, Faculdade de Direito, Faculdade de Pedagogia e Escola de Comunicações e Artes, graças às inúmeras possibilidades de direcionamento de estudos dentro da USP.

Em complemento aos conhecimentos adquiridos na universidade, passei por um estágio de curta duração na Gerência de Cartografia da Empresa Paulista de

Planejamento Metropolitano, a EMPLASA, lamentavelmente extinta em 2019 por articulação entre os poderes executivo e legislativo estaduais. Em seguida, estagiei na Divisão de Patrimônio Ambiental da Coordenação de Planejamento Ambiental da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente da Prefeitura de São Paulo, onde estive em contato com a formulação e aplicação de políticas públicas socioambientais no município mais populoso do país.

Alguns meses após o término desse estágio, minha seleção no âmbito do Programa de Voluntariado do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade deu novos rumos para minha formação universitária e pessoal. Em 2022, no começo do ano, conheci o Extremo Sul da Bahia, onde estive como voluntário no Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Abrolhos, em Caravelas e no Arquipélago dos Abrolhos, mas em oportunidade em que também viajei, em caráter turístico, por Mucuri, Nova Viçosa, Alcobaça e Prado.

Os percursos e caminhos entre os municípios da região despertaram um primeiro interesse, mas foi com um segundo voluntariado, desta vez remoto e pelo Parque Nacional do Descobrimento, que optei por desenvolver meu trabalho de graduação individual sobre o Extremo Sul da Bahia, com foco no município do Prado. Com auxílio de bons ventos, recebi a tarefa de preparar diversos mapas para a oficina de revisão do Plano de Manejo do parque, realizada em maio de 2023, e também fui convidado para participar da oficina como equipe de apoio e elaborar o mapa do novo zoneamento da unidade, conforme construído colaborativamente na oficina.

Nessa ocasião, além de acompanhar as discussões sobre o novo Plano de Manejo, pude percorrer parte do município, conhecer o Parque Nacional do Descobrimento e aldeias Pataxó da Terra Indígena Comexatibá, e conversar com moradores do Prado, compondo o trabalho de campo desta pesquisa.

Com a exposição do meu percurso universitário e de parte da minha vida, em que me dei a liberdade de uso da primeira pessoa gramatical, dou seguimento à esta monografia que representa não só o término da minha graduação universitária, mas simboliza também, de certa forma, minha compreensão sobre o papel da sociedade como integrante da natureza e agente transformador sobre esta.

2. INTRODUÇÃO

A Mata Atlântica é um complexo de florestas tropicais que abarca o litoral brasileiro, mais especificamente ao nordeste, leste, sudeste e sul, além de avançar para áreas no interior do continente sulamericano, inclusive no Paraguai e na Argentina. Originalmente, estima-se que a floresta ocupava mais de 135 milhões de hectares, porém, em decorrência do intenso desmatamento, somente cerca de 12,4% de sua área original restam atualmente (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 2022).

Considerada patrimônio nacional pelo Art. 225 da Constituição Brasileira (BRASIL, 1988), sua área remanescente varia de acordo com a metodologia considerada para cálculo, sendo que os 12,4% supracitados referem-se aos “fragmentos mais maduros acima de três hectares com dossel fechado ou sem degradação detectável por imagens de satélite” (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 2022). Quando se considera todos os fragmentos acima de meio hectare, o valor sobe para 27,3% conservados, mas ao se tratar exclusivamente dos fragmentos acima de 100 hectares, chega-se a apenas 8,5% restantes da floresta original.

Dentre os remanescentes de Mata Atlântica ainda existentes, a porção presente no Extremo Sul da Bahia é um dos mais conservados do Brasil (ARAÚJO *et al.*, 1998). Nesta região, que margeia o litoral, existem Terras Indígenas e diversas Unidades de Conservação, de modo que, em 2010, foi criado o Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia.

Junto com o norte do Espírito Santo, o Extremo Sul da Bahia é ocupado pela Hileia Baiana, vegetação florestal que resguarda indícios florísticos e faunísticos de antiga conexão da região com a floresta amazônica, compreendendo relevante biodiversidade e inúmeras espécies endêmicas. Os maiores fragmentos dessa vegetação, protegidos por Unidades de Conservação, foram reconhecidos como Sítio do Patrimônio Mundial Natural da Costa do Descobrimento pela UNESCO, e também integram o Corredor Central da Mata Atlântica.

No contexto dessa região, um município importante em termos históricos e ambientais é Prado, que destaca-se por abrigar o Parque Nacional do Descobrimento e as Terras Indígenas Comexatibá, Barra Velha do Monte Pascoal (delimitadas) e Águas Belas (homologada). Apesar da existência de tantas áreas protegidas, a situação fundiária no Prado é marcada por conflitos entre produtores rurais, especuladores imobiliários, assentados, indígenas e agentes do governo, sejam estes das forças policiais estaduais ou dos órgãos de proteção ambiental.

Entre porções florestadas, urbanas e agropecuárias, mudanças significativas no uso e cobertura da terra do Prado foram verificadas nas últimas décadas. Tais alterações são passíveis de estudo através de técnicas de sensoriamento remoto, que permitem a realização de análises espaciais e temporais.

A combinação de softwares de geoprocessamento e plataformas como o MapBiomas, que possui dados de cobertura da terra no Brasil desde 1985 até 2021, torna-se uma ferramenta acessível e prática para uma Cartografia que se propõe a tratar de temáticas socioambientais.

Diante disso, a pesquisa almejada neste projeto direcionou-se à compreensão de como tem se dado a evolução do uso e cobertura da terra no Prado/BA, considerando esta ser uma localidade com a presença de importantes áreas protegidas e sob sensível contato entre grupos com interesses distintos e divergentes sobre as terras do município.

O desenvolvimento da monografia pautou-se por duas perguntas orientadoras. Primeiro, tendo em vista o processo de formação do Extremo Sul da Bahia e o desmatamento de suas florestas, como (e quanto/onde) a cobertura e uso da terra do Prado foi alterada entre os anos de 1985 e 2021? Segundo, dada a existência de áreas protegidas que ocupam significativa área do município, de que maneira as Unidades de Conservação e Terras Indígenas protegem seus remanescentes da Mata Atlântica?

Portanto, após a apresentação e introdução, a estruturação deste trabalho, sob título “Cobertura e uso da terra no município do Prado/BA entre 1985 e 2021”, está organizada da seguinte forma: os objetivos, no próximo item, explicitam as questões orientadoras; o referencial teórico trata dos principais conceitos que guiaram o trabalho; o item da área de estudo aborda a Mata Atlântica no Extremo

Sul da Bahia, a constituição dessa região como diferenciada do sul da Bahia, e apresenta Prado; o tópico sobre o método e os procedimentos reserva enquadramento espacial e temporal, assim como descreve um breve protocolo de pesquisa e deixa claro o método utilizado; os resultados e a discussão são expostos conjuntamente, atentando-se para as fontes bibliográficas sobre o processo de formação da área em estudo, os dados quantitativos de cobertura e uso da terra, e o trabalho de campo; por fim, as considerações finais trazem uma breve reflexão sobre o percurso traçado durante a pesquisa e um balanço quanto aos resultados levantados, tecendo uma apreciação quanto ao quadro atual do município do Prado.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo geral

Compreender as mudanças na cobertura e uso da terra no município do Prado/BA, entre 1985 e 2021.

3.2. Objetivos específicos

- Analisar o processo de ocupação e desmatamento da Mata Atlântica no Extremo Sul da Bahia;
- Quantificar e qualificar as alterações de cobertura e uso da terra com dados do MapBiomas;
- Examinar o papel das áreas protegidas do município na conservação de seus fragmentos de Mata Atlântica.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

A Mata Atlântica é, geralmente, tratada como um dos biomas presentes no território brasileiro. Na interpretação de Coutinho (2016), entretanto, o correto seria se referir à Mata Atlântica como um conjunto de biomas, porque abrange uma diversidade fisiográfica e biótica que não permite sua inclusão no conceito de um único bioma, ou seja, “um espaço geográfico natural que se caracteriza pela *uniformidade* de condições climáticas, edáficas e de fitofisionomia”.

A abordagem sobre a área restante da Mata Atlântica faz referência aos “fragmentos” deste conjunto de biomas. Tal conceito alude ao que seria “uma mancha originada por fragmentação, i.e. por subdivisão, promovida pelo homem, de uma unidade que inicialmente apresentava-se sob forma contínua, como uma matriz” (METZGER, 2001). Segundo Fahrig (2003), a fragmentação seria, por sua vez, o processo em que “uma ampla área de hábitat é transformada em um grande número de pequenos fragmentos, isolados uns dos outros por uma matriz diferente da original”.

Nesse sentido, as áreas protegidas cumprem o importante papel de conservar os fragmentos restantes da Mata Atlântica. De acordo com Maretti *et al.* (2012), as áreas protegidas podem ser classificadas como *lato sensu* e *stricto sensu*. No primeiro caso, seriam áreas que conservam a natureza apesar de não ter esta finalidade como seu objetivo primário, como Terras Indígenas, Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais.

No segundo caso, compreenderiam as Unidades de Conservação, que são áreas criadas com o objetivo de conservar a natureza e resguardar sua biodiversidade. As UCs, no Brasil, são criadas e geridas de acordo com o disposto na Lei Federal nº 9.985/2000, que conceitua essas áreas como

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, Lei nº 9.985/2000, Art. 2º, inciso I).

As áreas protegidas representam a maior parte dos fragmentos de vegetação nativa do Brasil, tanto da Mata Atlântica como dos outros biomas do país. Sendo assim, as diversas fisionomias de vegetação abrigadas pelas áreas protegidas compõem, juntamente às áreas urbanizadas, plantações, pastagens, corpos d’água, afloramentos rochosos, entre outros, diferentes tipos de uso e cobertura da terra.

Traduzindo o termo “cobertura da terra” como “*land cover*” e “uso da terra” como “*land use*”, Fisher *et al.* (2005) indica que “*land cover is the physical material at the surface of the earth*”, isto é, o que é recobre a superfície do planeta, ao passo que *land use “is a description of how people use the land”*, compreendendo o

resultado das intervenções e interações das atividades humanas sobre a superfície da Terra. Logo, não são termos sinônimos, mas estão intimamente relacionados. Dentre os exemplos supracitados de tipos de cobertura e uso da terra, diferentes fisionomias de vegetação nativa, corpos d'água e afloramentos rochosos seriam, mais especificamente, classes de cobertura da terra, enquanto áreas urbanizadas, plantações e pastagens seriam classes de uso da terra.

Para analisar alterações na cobertura e uso da terra de um local durante um determinado período de tempo, é possível obter, processar e usar imagens aéreas voltadas para o monitoramento ambiental em escalas diversas através de técnicas de sensoriamento remoto (CRÓSTA, 2002). Este, definido por Meneses & Almeida (2012) como uma “ciência que visa o desenvolvimento da obtenção de imagens da superfície terrestre por meio da detecção e medição quantitativa das respostas das interações da radiação eletromagnética com os materiais terrestres.”

Com o auxílio dessas técnicas, o projeto MapBiomass, formado por ONGs, universidades, empresas de tecnologia e outras iniciativas, busca mapear as mudanças na cobertura e uso da terra em todo o território brasileiro.

À vista disso, esta pesquisa apoiou-se nos conceitos expostos acima e utilizou a plataforma MapBiomass a fim de atingir seus objetivos.

5. MÉTODO E PROCEDIMENTOS

O Extremo Sul baiano, em especial próximo ao litoral, resguarda, através de áreas protegidas, remanescentes da vegetação nativa que já ocupou quase todo o litoral brasileiro. Desse modo, a escolha da área de estudo se deu em função da importância histórica e ambiental do Prado, que foi, segundo registros de Pero Vaz de Caminha, onde houve o primeiro contato entre portugueses e indígenas no Brasil.

Além disso, o município também possui importantes áreas protegidas e é lar dos Pataxó, que vivem nas Terras Indígenas da região. Contudo, apesar do elevado grau de fragmentação da floresta atlântica e da delimitação dessas áreas protegidas, ainda existem pressões e conflitos motivados pela disputa pela terra.

Para o recorte temporal, o período entre 1985 e 2021 foi escolhido devido à sua representação na mais recente coleção do MapBiomass (lançada em abril de

2023 e considerando que este trabalho foi finalizado em julho de 2023). A classificação da cobertura e uso da terra pelo MapBiomias utiliza imagens Landsat 5, Landsat 7 e Landsat 8, de resolução espacial de 30 metros, criando um mosaico de todo o país. Com a obtenção de dados da Coleção 7.1, foram gerados mapas (produzidos originalmente em tamanho A4, assim como os demais mapas desta monografia) que possibilitaram compreender a evolução da cobertura e uso da terra durante o período focado.

A Coleção 7.1 do MapBiomias classifica o território brasileiro em 6 classes de primeira ordem, 20 classes de segunda ordem, 2 classes de terceira ordem e 8 classes de quarta ordem, mas nem todas com incidência no município do Prado. No período focado, todas as classes de primeira e terceira ordem estão presentes, ao passo que somente 16 classes de segunda ordem e 3 de quarta ordem foram mapeadas (Quadro 1).

Quadro 1 – Classes de cobertura e uso da terra da Coleção 7.1 do MapBiomias, com as classes presentes no Prado destacadas em verde (cobertura natural), amarelo (usos antrópicos) e cinza (não observado/indeterminado).

Primeira ordem	Segunda ordem	Terceira ordem	Quarta ordem
Floresta	Formação Florestal	-	-
	Formação Savânica	-	-
	Mangue	-	-
	Restinga Arborizada	-	-
Formação Natural não Florestal	Campo Alagado e Área Pantanosa	-	-
	Formação Campestre	-	-
	Apicum	-	-
	Afloramento Rochoso	-	-
	Restinga Herbácea/Arbustiva	-	-
	Outras Formações não Florestais	-	-
Agropecuária	Pastagem	-	-
	Agricultura	Lavoura Temporária	Soja
			Cana-de-açúcar
			Arroz (beta)

			Algodão (beta)
			Outras Lavouras Temporárias
		Lavoura Perene	Café
			Citrus
			Outras Lavouras Perenes
	Silvicultura	-	-
	Mosaico de Usos	-	-
Área não Vegetada	Praia, Duna e Areal	-	-
	Área Urbanizada	-	-
	Mineração	-	-
	Outras Áreas não Vegetadas	-	-
Corpo D'água	Rio, Lago e Oceano	-	-
	Aquicultura	-	-
Não observado	-	-	-

Fonte: Elaboração própria com dados da Coleção 7.1 do MapBiomias (Luís Felipe Ota, 2023).

De modo a complementar os resultados obtidos através do MapBiomias, realizou-se um trabalho de campo em maio de 2023. Nessa oportunidade, foram visitados diversos pontos do município, inclusive locais representativos das classes de cobertura e uso da terra, pontos de expansão da área urbanizada, o Parque Nacional do Descobrimento, loteamentos em implantação, entre outros.

Em resumo, após busca por bibliografia e redação do tópico da área de estudo, os procedimentos seguidos durante este trabalho foram:

1. Elaboração de mapas temáticos da área de estudo;
2. Através do *toolkit* do MapBiomias para Google Earth Engine, foram obtidas imagens georreferenciadas da Coleção 7.1 para o município do Prado, assim como planilhas contendo os valores de área para cada classe. Os dados foram selecionados em intervalos de 6 anos, isto é, para 1985, 1991, 1997, 2003, 2009, 2015 e 2021;

3. Importação das imagens para o *software* QGIS, reprojeção para o sistema de referências de coordenadas SIRGAS2000 UTM 24K e elaboração dos mapas de cobertura e uso da terra (com base cartográfica obtida de fontes oficiais);
4. Compilação de dados de transição entre as classes de cobertura e uso da terra a partir do *plugin Semi-automatic Classification Plugin* no QGIS;
5. Organização, por meio do Google Sheets, dos valores de área e transição de cada classe de cobertura e uso da terra;
6. Primeira análise das alterações de cobertura e uso da terra, considerando os valores de área, transição e mapas;
7. Trabalho de campo;
8. Sistematização dos dados coletados em campo;
9. Complementação dos tópicos referentes ao Extremo Sul e Prado;
10. Segunda análise, acrescentando as observações de campo, e discussão;
11. Considerações finais.

Dessa maneira, o método empregado nesta pesquisa foi uma análise geográfica e evolutiva do município do Prado, buscando-se entender as mudanças na cobertura e uso da terra dentro do contexto socioambiental do município.

6. ÁREA DE ESTUDO

6.1. Mata Atlântica no Extremo Sul da Bahia

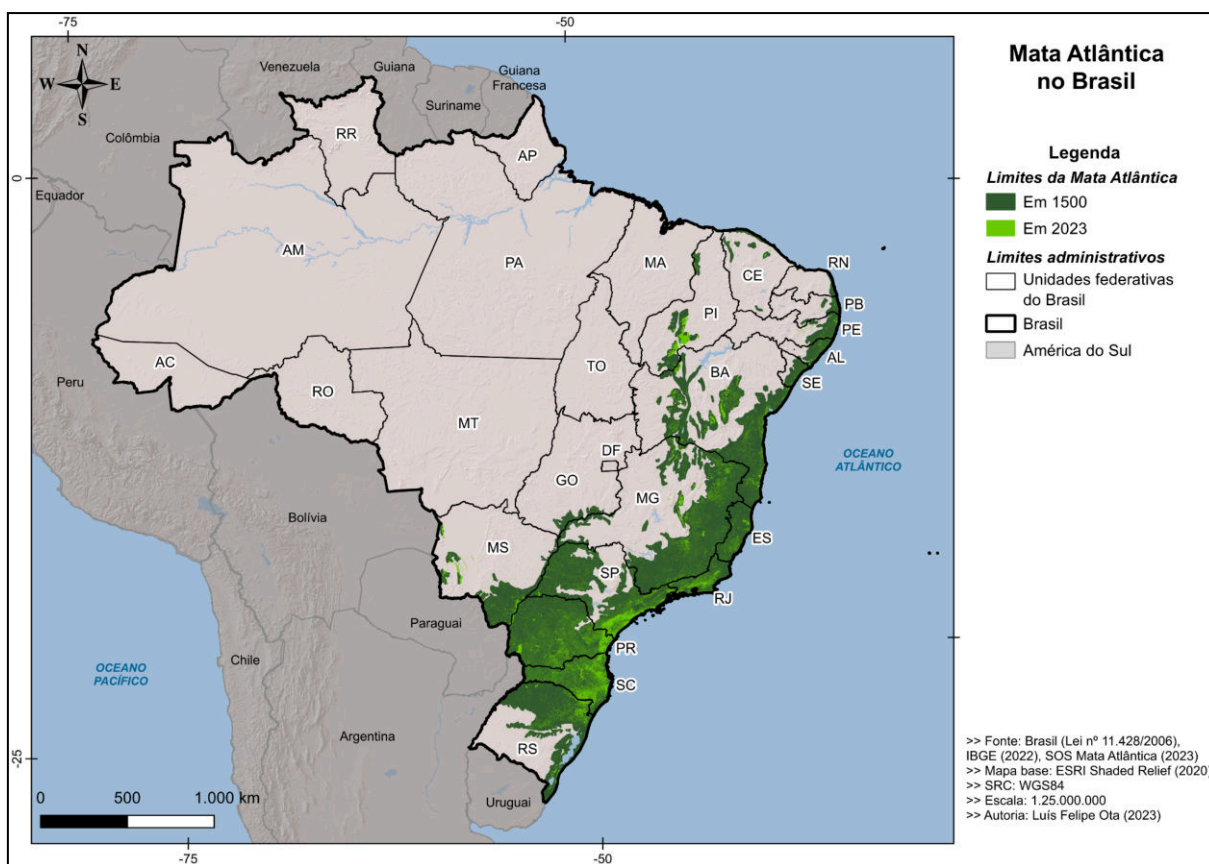
A Mata Atlântica é um conjunto de biomas presente na fachada leste do Brasil e que adentra pela Bacia do Paraná até a Argentina e o Paraguai. No território brasileiro, ocupava aproximadamente 1.350.000 km², mas foi devastada para apenas 12,4% de sua área original (Mapa 1), ou entre 8,5% e 24,0%, dependendo do tamanho dos fragmentos avaliados. Sua grande importância é percebida ao se considerar que 17 estados incidem em sua área, sendo que abriga 72% da população e 80% do PIB brasileiro (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 2021).

Apesar das primeiras ocupações humanas na Mata Atlântica datarem de pelo menos 10 mil anos atrás (FERRAZ *et al.*, 2023), a história de sua devastação tem início com a invasão europeia, há meros 523 anos. Como um prenúncio do que a

presença dos europeus viria a significar para a natureza no Brasil, em especial para a Mata Atlântica, um dos primeiros feitos dos portugueses em terras brasileiras foi cortar uma árvore para confeccionar uma cruz e rezar a primeira missa, em 22 de abril de 1500 (DEAN, 1996).

E foi com a exploração intensa de uma espécie de árvore que se iniciou a destruição da floresta: o pau-brasil (*Paubrasilia echinata*), cobiçado pela resina de sua madeira, cujo tom avermelhado mostrou-se perfeito para tingimento de tecidos na Europa. Depois, com os outros produtos de alta importância econômica, como a cana-de-açúcar, o ouro, o algodão e o café, além do aumento da presença estrangeira (que se deu pelo litoral durante os primeiros séculos de colonização), introdução de espécies e doenças exóticas (CROSBY, 2011), industrialização, expansão agrícola e urbanização.

Mapa 1 – Mata Atlântica no Brasil.

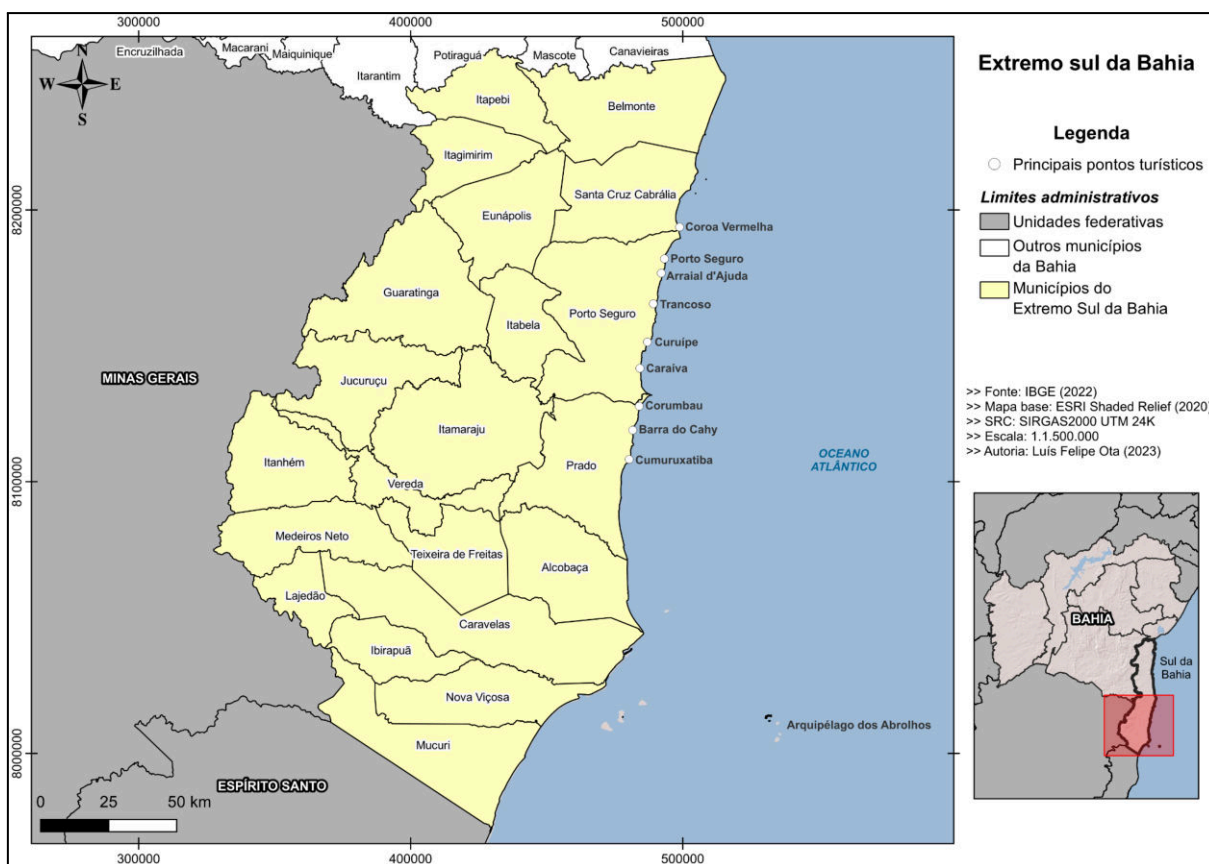


Fonte: Elaboração própria (Luís Felipe Ota, 2023).

No caso do sul da Bahia, uma maior ocupação e transformação da cobertura e uso da terra se inicia no século XIX, quando se dá a introdução do cacau na região (MAY & ROCHA, 1998), favorecidos pelas condições edafoclimáticas e pela facilidade de escoamento da produção via canais fluviais e litoral. Nessa conjuntura, a área que hoje compreende o Extremo Sul baiano era somente utilizada para cultivo do cacau (mesmo que em pequena escala), ao passo que o eixo Itabuna-Ilhéus destacava-se como centro comercial (CERQUEIRA NETO, 2014).

Após flutuações no valor do cacau e a chegada do fungo vassoura-de-bruxa (*Crinipellis perniciosus*), a pecuária começa a se firmar na região na segunda metade do século XX, com destaque para a porção mais ao sul da Bahia, em direção ao norte do Espírito Santo. Segundo Cerqueira Neto (2014), isso ocasionou, junto ao aprofundamento do extrativismo vegetal, uma diferenciação na região e o surgimento do que atualmente se denomina o Extremo Sul da Bahia (Mapa 2).

Mapa 2 – Extremo Sul da Bahia.



Fonte: Elaboração própria (Luís Felipe Ota, 2023).

Essa regionalização, com 21 municípios, não é delimitada pelo governo estadual em seus Territórios de Identidade, em que o Extremo Sul engloba somente Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda. Os outros municípios, isto é, Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia fazem parte do território da Costa do Descobrimento.

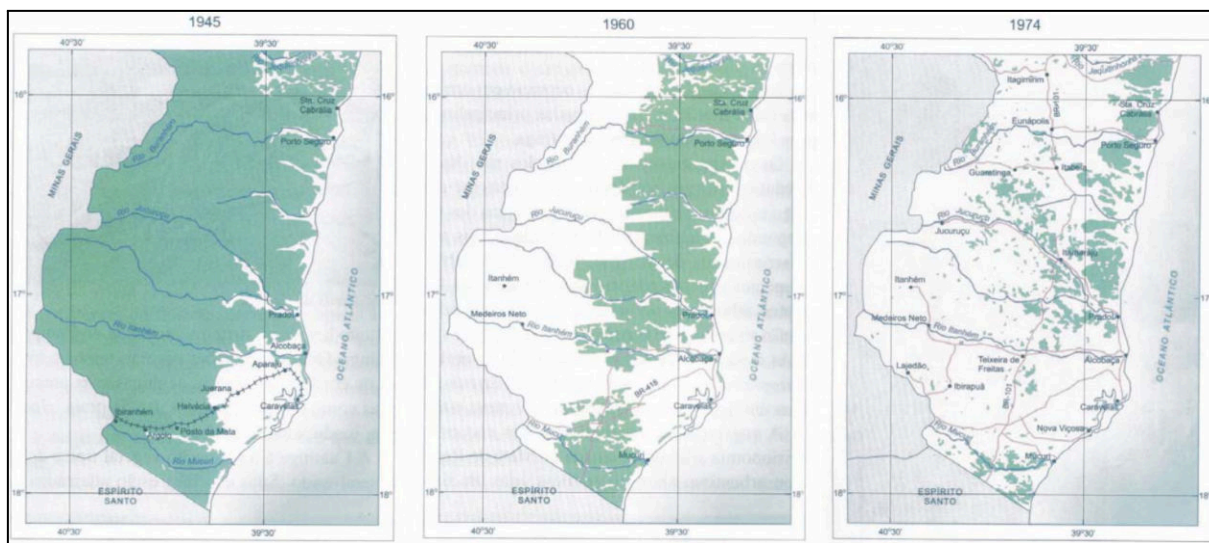
Também durante a segunda metade do século XX, a devastação da Mata Atlântica no sul da Bahia se aprofundou como um todo.

No início dos anos 70, os últimos grandes arvoredos acessíveis da Mata Atlântica se encontravam no sul da Bahia. Ali, onde uma rodovia federal acabara de ser concluída ligando a área com o Rio de Janeiro, centenas de empreiteiros [...] davam cabo de árvores que haviam ficado intatas desde que os portugueses pela primeira vez aportaram naquele litoral em 1500. Em 1971, cerca de 11 mil km² da floresta do sul da Bahia permaneciam intatos. No início dos anos 80, restavam menos de 2 mil km². Cerca de 230 serrarias ainda estavam em operação, empregando 7 mil trabalhadores e com capacidade para serrar quase 1,5 milhão de m³ por ano. Quando essa floresta foi eliminada, deu lugar a pastagens (DEAN, 1996).

Até então, prevalecia o tradicional sistema de cabruca na cacauicultura, em que algumas árvores eram conservadas para propiciar sombreamento aos pés de cacau, o que aumentava sua longevidade. Contudo, percebendo que a abertura de clareiras pela supressão total da floresta duplicava a produtividade, este foi o sistema que passou a ser adotado (DEAN, 1996).

De acordo com Cerqueira Neto (2014), o uso da terra no Extremo Sul da Bahia, nessa época, passava por áreas restritas de plantio de cacau e o fortalecimento da extração madeireira e da pecuária. Ao contrário da cacauicultura, que foi introduzida em sentido norte-sul para a região, a exploração vegetal surgiu a partir do sul (norte do Espírito Santo) e oeste (leste de Minas Gerais) no começo do século XX e com caráter mais tecnológico e predatório a partir dos anos 1960-70, auxiliado pela implantação da rodovia BR-101 (Mapa 3).

Mapa 3 – Mata Atlântica (Floresta Ombrófila Densa e Floresta Estacional Semidecidual) no Extremo Sul da Bahia em 1945, 1960 e 1974.



Fonte: SILVA *et al.* (2004¹ *apud* AMORIM & OLIVEIRA, 2006).

As grandes empresas madeireiras que atuaram na região a partir desse momento de maior sofisticação e desmatamento foram a Brasil Holanda S.A. (Bralanda) e a Cia. Itamarajú Agro-Industrial, que alteraram severamente a dinâmica socioeconômica do Extremo Sul. Além da remoção da cobertura natural, também formaram novos núcleos urbanos e construíram bairros para seus funcionários, muitos atraídos desde o nordeste de Minas Gerais, sudoeste da Bahia e Espírito Santo (NUNES, 2003; CERQUEIRA NETO, 2014).

A influência capixaba, com sua experiência na extração madeireira, era tão marcante que se dizia que “onde houvesse uma árvore ainda em pé, havia nas proximidades um migrante capixaba com uma motosserra na mão” (DEAN, 1996).

Conforme Dean (1996), durante esse período, por volta dos anos 1980, ganhava força o debate acerca da reforma agrária no cenário nacional. Já que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) classificava áreas de floresta como subutilizadas, propriedades que haviam preservado ao menos 20% de vegetação nativa, como demandava o Art. 16 do Código Florestal vigente (Lei Federal nº 4.771/1965), eram as mais buscadas para desapropriação.

¹ SILVA, B. C. N. *et al.* **Atlas escolar Bahia: espaço geo-histórico e cultural.** 2 ed. João Pessoa: Grafiset, 2004.

Enquanto isso, com a expectativa de que a Assembleia Constituinte reforçaria a questão da reforma agrária (o que não aconteceu), aumentaram os conflitos e ocupações em latifúndios, resultando em aproximadamente 600 trabalhadores e lideranças rurais assassinadas entre 1986 e 1987. No sul da Bahia, grandes proprietários de terras passaram a incendiar as matas de seus terrenos com o argumento de que tentavam impedir ocupações através das florestas. Antes, aproveitavam para vender madeiras de espécies comercialmente valorizadas às serrarias (DEAN, 1996), ou seja, aproveitaram o momento durante as discussões sobre a reforma agrária para obter retorno econômico.

Hoje, não só diversos assentamentos do INCRA existem no Extremo Sul da Bahia, como também assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que iniciou sua atuação na região em 1987 (SOARES, 2014).

De volta aos elementos que determinaram os contornos do Extremo Sul, Cerqueira Neto (2014) afirma que a pecuária, por sua vez, também adentrou na região pelo norte do Espírito Santo e leste de Minas Gerais. Ao passo que o extrativismo vegetal teve a digital capixaba, na criação de gado quem recebe os créditos são os mineiros, que detinham grande conhecimento na atividade.

O autor também ressalta que a relação da extração de madeira com a pecuária, na segunda metade do século XX, ocorreu na medida em que a primeira forneceu terras já desmatadas para a segunda se estabelecer. Em modelo extensivo, ocupando grandes extensões, provocou o nascimento de grandes latifúndios no Extremo Sul, assim como o surgimento de novos municípios e núcleos urbanos. Dessa forma, nota-se, além de uma modificação no uso e cobertura da terra, uma influência social, econômica, ambiental e política, haja visto o poder dos latifundiários pela prática do coronelismo.

Com a escassez das espécies vegetais de maior interesse comercial, a extração madeireira minguou, mas três outros produtos agrícolas começaram a ganhar destaque. Primeiro, o mamão, a partir da chegada de imigrantes japoneses nos anos 1980. Segundo, o eucalipto para a produção de papel e celulose, carvão e móveis, desde os anos 1990, vindo da divisa com o Espírito Santo, onde imperava a empresa Aracruz Celulose S.A. Terceiro, a cana-de-açúcar para alimentar as usinas

de produção de etanol, que tem penetrado no Extremo Sul em tempos mais recentes (CERQUEIRA NETO, 2014).

Dentre esses, requer mais atenção o eucalipto, que encontrou condições de solo e clima favoráveis ao seu plantio e vem ocasionando significativas transformações na região. Com incentivos fiscais, empresas multinacionais do Grupo Suzano (inclusive a Veracel Celulose S.A.) e do Grupo ArcelorMittal vem adquirindo terras para implantação dessa monocultura, criando novos bairros para seus funcionários, ocasionando o aumento de aluguéis, gerando empregos, aumentando a infraestrutura para escoamento da produção, influenciando as decisões políticas, entre outros.

A monocultura do eucalipto, de início, ocupou terras voltadas para a pecuária e para uma agricultura pouco planejada, mas passou a avançar sobre pequenos produtores, que ficaram sufocados e se viram pressionados a ceder com a venda de suas terras ou por meio de “parcerias” com as empresas. Grandes proprietários, por outro lado, observaram a chegada do eucalipto como uma possibilidade de vender seus terrenos por preços elevados, sem, necessariamente, deixarem de constituir grandes latifúndios, uma vez que podem comprar outras terras para continuar sua produção pecuária (CERQUEIRA NETO, 2014).

Essa é a especialização na qual o Extremo Sul tem se direcionado, que Cerqueira Neto (2014) chama de eucaliptização. Isto posto, além de atualmente ser reconhecido pelo eucalipto, essa porção do estado da Bahia vem sendo cada vez mais procurada pelo turismo produzido em seu litoral.

O setor turístico do Extremo Sul tem como foco o município de Porto Seguro, onde há o principal aeroporto da região. Os principais destinos envolvem a parcela do litoral dividida entre a zona turística da Costa do Descobrimento e a Costa das Baleias, ou seja, de Belmonte até Mucuri (divisa com Espírito Santo).

Entretanto, é de Coroa Vermelha, no município de Santa Cruz Cabrália, até Cumuruxatiba, no município do Prado, onde se concentram os visitantes (Coroa Vermelha, Porto Seguro, Arraial d’Ajuda, Trancoso, Curuípe, Caraíva, Corumbau e Cumuruxatiba). Essa parte do litoral recebe destaque pelas belezas naturais de suas extensas praias, em parte com altas falésias que encontram o mar, mas também pelo aspecto histórico da chegada dos portugueses em abril de 1500, sendo alvo de

um turismo massivo e com financiamento sudestino na construção de hotéis e loteamentos luxuosos à beira-mar. Afora, há também uma maior atenção para o Arquipélago dos Abrolhos, mais acessível por Caravelas.

O desenvolvimento desse setor econômico vem sendo responsável por profundos impactos no Extremo Sul, criando um novo padrão de produção e reprodução do espaço local, inclusive pela supressão do que resta da cobertura vegetal nativa, principalmente em áreas frágeis de falésias, restingas e manguezais.

Perpassando o processo de construção do Extremo Sul da Bahia previamente delineado, não se pode esquecer a presença indígena, que já ocorria há mais de 10 mil anos antes da invasão europeia e ainda continua. Foram os Tupinambá que primeiro fizeram contato com o homem branco em 1500, mas são os Pataxó que passaram a ocupar essa região desde, pelo menos, o século XVII (VASCONCELOS, 1864² *apud* CARVALHO, 2009).

Hoje, segundo a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), há 9 Terras Indígenas nos municípios do Extremo Sul, sendo 5 regularizadas. A luta pela demarcação desses territórios indígenas, tal como as ocupações dos movimentos sociais, é um ponto sensível e origem de violentos conflitos com fazendeiros e especuladores imobiliários, mesmo neste ano de 2023.

A própria ocupação e modo de vida desenvolvido pelos Pataxó nessa área acaba sendo polêmica, porque parte dos indígenas dessa etnia desenvolveu uma relação relativamente predatória com as florestas. Na Terra Indígena Barra Velha, declarada como posse permanente dos Pataxó em 1982 (FUNAI, 1982) e em área de sobreposição com o PARNA Histórico do Monte Pascoal, os indígenas promoveram desmatamento em proporções significativas (DEAN, 1996). A derrubada de árvores nativas ocorre até hoje, sendo bastante comum encontrar artesanato feito com madeira nativa extraída do PNHMP à venda no acostamento da BR-101, próximo ao parque (Fotografia 1).

² VASCONCELOS, Simão de. Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasile no que obraram seus filhos nesta parte do Novo Mundo e algumas noticias antecedentes curiosas e necessárias das cousas daquelle Estado pelo padre Simão de Vasconcelos. 2.^a edição, accrescentada com uma introdução e notas históricas e geographicas pelo conego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Rio de Janeiro: Tipographia de João Ignácio da Silva. [1663]1864.

Fotografia 1 – Venda de artesanato possivelmente confeccionado com madeiras nativas na BR-101 (altura de Montinho, divisa entre Porto Seguro e Itabela).



Fonte: Trabalho de campo (Luís Felipe Ota, 2023).

Outra ocorrência envolvendo os Pataxó refere-se ao trágico evento conhecido como Fogo de 1951. Dean (1996) cita o acontecimento que levou a esse episódio, em que indígenas Pataxó residentes próximo ao Monte Pascoal atacaram e saquearam uma vila próxima a mando de “misteriosos forasteiros do Rio de Janeiro”. A polícia e os moradores da vila revidaram, matando, violentando e expulsando os indígenas, que vieram a se estabelecer em outros pontos do Extremo Sul, mas voltando também para as proximidades do Monte Pascoal.

Para completar esse complexo cenário, é importante ressaltar as áreas protegidas existentes no Extremo Sul, assim como os títulos ambientais que essa área recebe. Existem 56 Unidades de Conservação na região, das quais 36 são Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

Como forma de integração na gestão de algumas das Unidades de Conservação do Extremo Sul, foi criado, em 2010, o Mosaico de Áreas Protegidas

do Extremo Sul da Bahia, abrangendo 12 unidades, inclusive os parques nacionais do Pau-Brasil, do Monte Pascoal e do Descobrimento, e a Reserva Particular do Patrimônio Natural Estação Veracel, que perfazem os 4 maiores fragmentos de Mata Atlântica do Extremo Sul.

Devido à sua rica diversidade biológica, com inúmeras espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, a Mata Atlântica é um dos 34 *hotspots* de biodiversidade existentes no planeta (MITTERMEIER, 2004). Pela sua importância, a Unesco reconheceu, no âmbito da Rede Mundial de Reservas da Biosfera, a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA), que foi a primeira do Brasil e é a maior do planeta, com 89.687.000 hectares.

Em escala mais focada na área de estudo desta pesquisa, a Unesco também reconheceu sete Unidades de Conservação (e 2 outras áreas que não são UC) localizadas entre o Extremo Sul baiano e o norte capixaba como Sítio do Patrimônio Mundial Natural da Costa do Descobrimento, com cerca de 135 mil hectares. Na Bahia, abrange o PARNA do Pau-Brasil, PARNA Histórico do Monte Pascoal, PARNA do Descobrimento, PARNA Marinho dos Abrolhos, REBIO de Una, RPPN Estação Veracel e Estação Experimental Pau-Brasil; no Espírito Santo, engloba a REBIO de Sooretama e a Reserva Natural da Vale.

O Extremo Sul também faz parte do Corredor Central da Mata Atlântica (CCMA), definido por “critérios biológicos para fins de planejamento e conservação” da Mata Atlântica local, visando “ações de conservação dos recursos naturais por meio da consolidação de unidades de conservação, da restauração ambiental, da fiscalização e do monitoramento” (MMA; CI; FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 2006). Com mais de 21 milhões de hectares, abarca todo o Espírito Santo e a porção da Bahia que vai do Extremo Sul ao Recôncavo (LAMAS; CREPALDI; MESQUITA, 2015).

Toda essa grande relevância dada à Mata Atlântica do Extremo Sul da Bahia se dá tanto porque esse conjunto de biomas já foi explorado e desmatado em sua maior parte, como por conta das peculiaridades da vegetação dessa região em específico. Dentre os biomas e fitofisionomias que a compõem está a floresta dos tabuleiros, também chamada de Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas ou Floresta Atlântica Densa Sempre-Verde de Terras Baixas ou de Planície

(COUTINHO, 2016), que é denominada Hileia Baiana na porção entre o norte capixaba e o sul da Bahia.

Essa denominação foi feita por conta da “relativamente grande influência florística e faunística exercida pela floresta amazônica densa de terra firme, com a qual fazia contato [...] nos períodos interglaciais, mais quentes e mais úmidos” (COUTINHO, 2016). As condições edafoclimáticas locais, sobre Tabuleiros Costeiros, e a conexão pretérita com a floresta amazônica, provocaram o surgimento de um elevado grau de diversidade biológica, caracterizando um centro de endemismo (FARIA; DELABIE; DIAS, 2021).

Como exemplo dessa diversidade, DEAN (1996) relembra dois estudos realizados no sul da Bahia: um entre 1978 e 1980, em que o Centro de Pesquisas do Cacau (CEPEC), ligado à Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), identificou 300 novas espécies de plantas e 5 novos gêneros; e outro em 1993, em que mais várias dúzias de espécies arbóreas foram identificadas em apenas 1 hectare de mata de tabuleiro. Ele também cita que em apenas 1 hectare no sul da Bahia, encontraram 273 espécies de árvores, contrastando com a monotonicidade das florestas temperadas.

Ainda hoje, ao andar no interior dos fragmentos da Hileia Baiana, encontram-se árvores gigantes e centenárias, além de espécies que indicam pretérita ligação com a Amazônia, como a jueirana-falcão (*Dinizia jueirana-falcao*), cujo gênero é típico do Acre e Rondônia.

É nesse contexto que se encontra o município do Prado, no Extremo Sul da Bahia, em área de imensa biodiversidade. Seus limites abrigam um significativo fragmento da Hileia Baiana, protegido pelo Parque Nacional do Descobrimento, pela Terra Indígena Comexatibá, e por RPPNs ao redor do parque.

6.2. Município do Prado

Os primeiros momentos da história do Prado se confundem com a história do Brasil tal qual comumente disseminada, isto é, aquela registrada pelos portugueses a partir do evento de sua chegada ao Brasil em 1500. Entretanto, não parece razoável afirmar que a história de um lugar se inicia em dado momento, se antes deste já havia pessoas morando nesta terra e desenvolvendo-se junto à ela.

No caso da terra que veio a ser chamada Brasil, estimativas retornam uma população de até 5 milhões de pessoas para todo o território em 1500 (AZEVEDO, 2008; RIBEIRO, 2019), divididas em cerca de mil povos distintos. O litoral brasileiro, nessa época, era ocupado por indígenas do grupo Tupi-Guarani, e o sul da Bahia, em específico, era lar dos Tupiniquim (SAMPAIO, 2000).

Nesse contexto, Pero Vaz de Caminha, escrivão da frota de Pedro Álvares Cabral que partiu de Lisboa em 9 de março de 1500 com destino à Índia pelo oeste, redigiu a carta que se tornou popularmente conhecida como o “marco inicial da literatura brasileira”. Independentemente das discussões sobre o possível conhecimento da existência do Brasil anteriormente por europeus e se a chegada ao país se deu realmente por acaso, esse documento traz o primeiro relato conhecido de avistamento do Brasil pelos portugueses, ocorrido em 21 de abril de 1500:

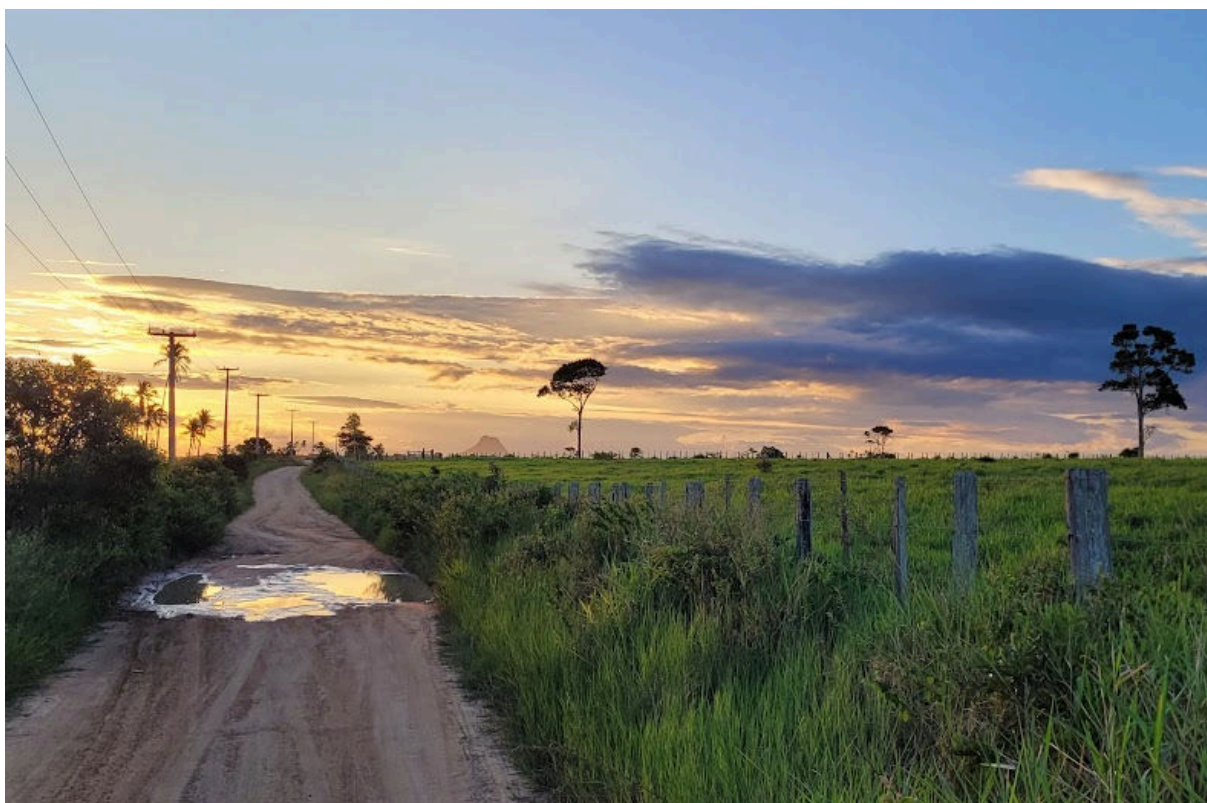
E assim seguimos nosso caminho, por este mar, de longo, até que, terça-feira das Oitavas de Páscoa, que foram 21 dias de abril [...]. Neste dia, a horas de véspera, havemos vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome – o Monte Pascoal e à terra – a Terra da Vera Cruz (CAMINHA, 1500).

O Monte Pascoal, com seus 586 metros de altitude, foi a primeira porção de terra avistada pelos portugueses e está localizado ao sul do município de Porto Seguro, próximo à divisa com Prado (Fotografia 2). Em 1943, foi incluído no então Parque Monumento Nacional de Monte Pascoal, e desde 1961 encontra-se protegido no interior do Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal, em área de sobreposição com a Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal (delimitada, mas não regularizada).

A seguir, Pero Vaz de Caminha continua sua narração, citando a desembocadura de um rio, onde se deu o primeiro avistamento de “homens que andavam pela praia”, já no dia seguinte, em 22 de abril de 1500. Nesta mesma data, afirma que Nicolau Coelho, capitão de uma das naus da frota de Cabral, fez o primeiro contato com os indígenas na praia.

A referida praia seria a Barra do Cahy, onde deságua o Rio Cahy (BRANDÃO, 2019). Atualmente denominada “a primeira praia do Brasil”, encontra-se no Prado, reservando ao município grande importância histórica (Fotografias 3 e 4), apesar do geral desconhecimento. Os créditos quanto à chegada dos portugueses são dados à Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia, que pertencem, com Belmonte, à zona turística da Costa do Descobrimento.

Fotografia 2 – Monte Pascoal visto a partir da estrada ao norte do Parque Nacional do Descobrimento.



Fonte: Trabalho de campo (Luís Felipe Ota, 2023).

Fotografia 3 – Barra do Cahy na porção em que o Rio Cahy deságua no mar.



Fonte: Acervo pessoal (Luís Felipe Ota, 2022).

Prado, por sua vez, faz parte da zona turística da Costa das Baleias, em alusão às baleias-jubarte (*Megaptera novaeangliae*), que migram das altas latitudes do hemisfério sul para a região do Banco dos Abrolhos em busca de águas mais quentes para reprodução e amamentação de seus filhotes, aparecendo, principalmente, entre julho e novembro.

Fotografia 4 – Barra do Cahy, onde há indicação de que seria a “primeira praia do Brasil”.



Fonte: Acervo pessoal (Luís Felipe Ota, 2022).

A história do município retorna aos registros escritos no século XVIII, quando, em 3 de março 1755, uma aldeia indígena à margem esquerda do Rio Jucuruçu (Fotografia 5), próximo à sua foz, foi elevada à categoria de vila e o município do Prado foi criado (PRADO, [s.d]).

Fotografia 5 – Vista do Rio Jucuruçu a partir do Píer do Aymorés, próximo ao centro do Prado.

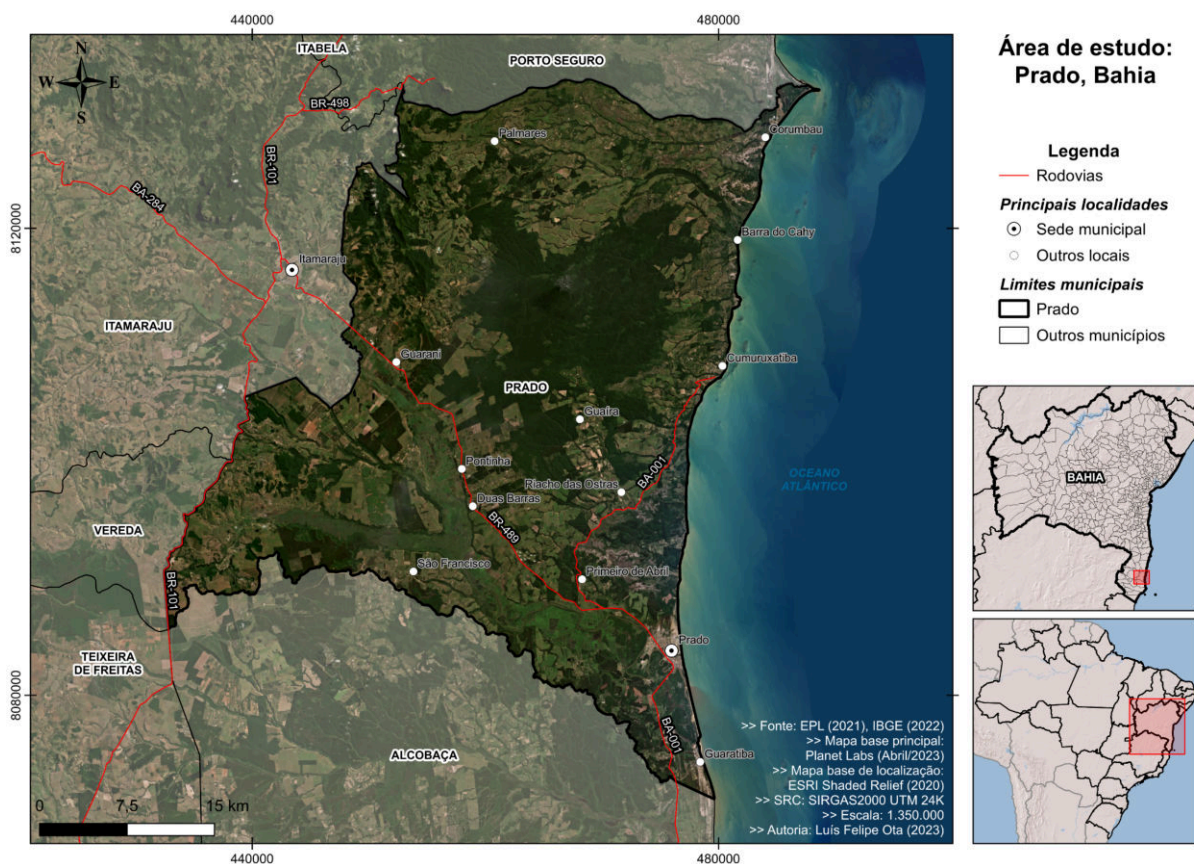


Fonte: Trabalho de campo (Luís Felipe Ota, 2023).

Atualmente, Prado possui 1.692,100 km² e uma população de 35.003 habitantes (IBGE, 2023) distribuída em dois distritos: Prado (sede) e Cumuruxatiba. Em relação às suas divisas, encontra Porto Seguro a norte, Itamaraju e Vereda a oeste, Teixeira de Freitas a sudoeste, Nova Viçosa a sul e o Oceano Atlântico a leste (Mapa 4).

No contexto da regionalização nacional, é um município baiano que pertence à Região Intermediária de Ilhéus-Itabuna e à Região Imediata de Teixeira de Freitas. Segundo a organização estadual em Territórios de Identidade, é parte do Extremo Sul.

Mapa 4 – Área de estudo.



Fonte: Elaboração própria (Luís Felipe Ota, 2023).

Como supracitado, Prado faz parte da Costa das Baleias (Mapa 5). Mesmo não tendo a mesma relevância econômica que municípios da Costa do Descobrimento, o turismo no Prado é uma atividade de grande importância, que é o quarto maior polo hoteleiro da Bahia, atrás apenas de Porto Seguro, Salvador e Ilhéus. Os turistas incluem capixabas, mineiros e baianos de outras cidades, devido à proximidade, mas também visitantes de todo o Brasil e do exterior, que procuram Prado em busca de suas praias e como parte do roteiro turístico da Costa das Baleias.

Mapa 5 – Zona turística da Costa das Baleias.



Fonte: Bahia Turismo. Disponível em: <<http://www.bahia-turismo.com/mapas/costa-baleias.htm>>.
Acesso em: 03 jun. 2023.

Para chegar no Prado, a principal rota é feita a partir do Aeroporto de Porto Seguro, que está a 206 km da sede do município via BR-101. Pontos turísticos conhecidos englobam a gastronomia do Beco das Garrafas e as praias de Novo Prado, próximas ao centro da sede municipal; Cumuruxatiba, com suas praias e atrativos sociais presentes na vila; a Barra do Cahy; e Corumbau, onde há a Ponta do Corumbau, que expõe uma longa faixa de areia mar adentro em maré baixa.

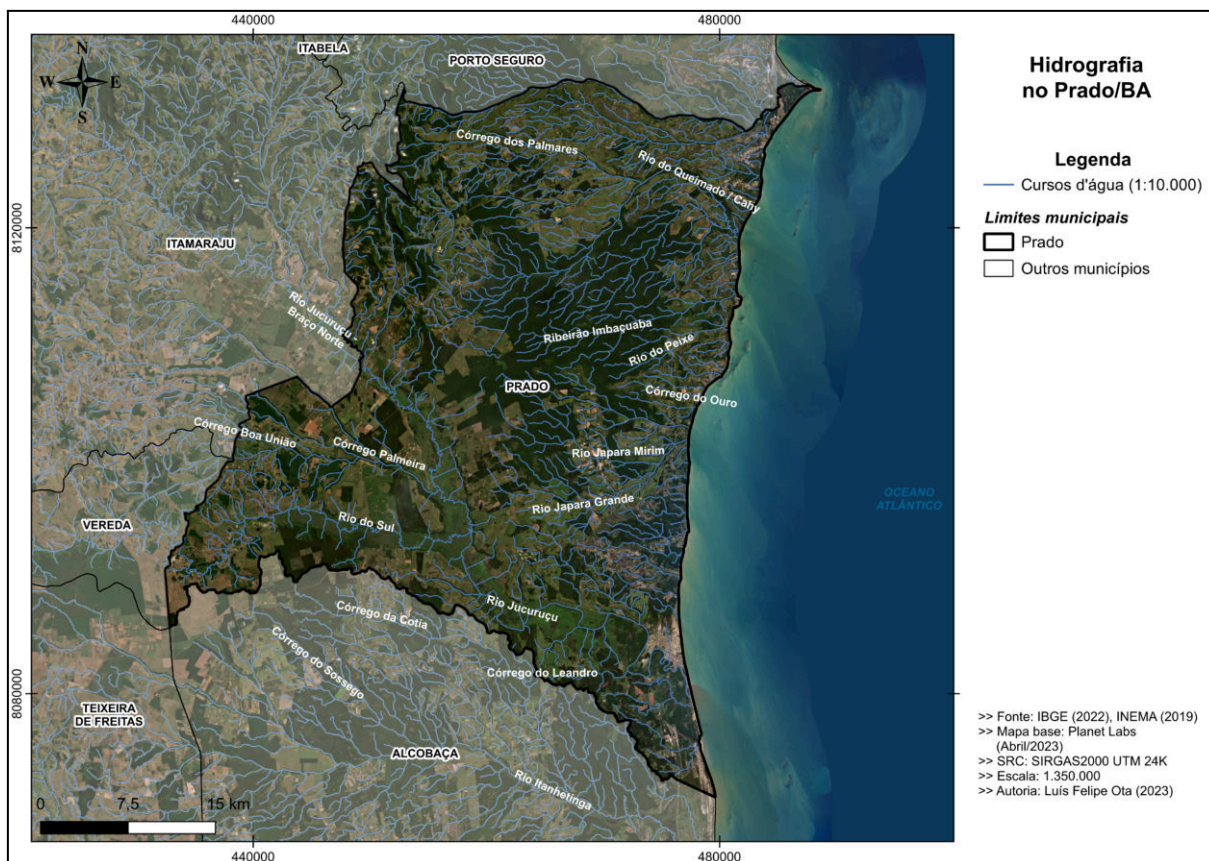
Ademais, o litoral do Prado possui uma concentração de hotéis de luxo criados por sudestinos em Cumuruxatiba para turistas que chegam pelo Aeroporto de Porto Seguro, e inúmeras praias desertas e falésias que atraem cicloviantes e adeptos de *road trips*, com bicicletas e veículos automotores adaptados para longas viagens.

A fisiografia local é determinante para a fama turística do município, que é conhecido por suas falésias que encontram o mar. Segundo ROSS (2006), as falésias são as bordas da unidade geomorfológica dos tabuleiros costeiros, atingindo até 50 metros em relação ao nível do mar. Em decorrência de sua composição de arenitos com intercalações de argila, são formadas por latossolos vermelho-amarelos de textura média a arenosa.

Os tabuleiros costeiros são “formas de relevo esculpido nos sedimentos Terciários do grupo barreiras”, possuindo colinas amplas de topos planos e convexos com altitudes entre 20 e 50 metros. Também abrangem vertentes escarpadas e vales fluviais bastante entalhados com fundos planos, “que se articulam com pequenas planícies marinhas que ocorrem na foz desses rios” (ROSS, 2006).

Dentre os rios que constituem a hidrografia do Prado (Mapa 6), o principal é o Rio Jucuruçu, cujo vale é bastante marcado e deságua próximo à sede do município. Outros cursos d’água relevantes incluem o Rio Campinho, responsável pela maior parte do abastecimento da sede municipal; o Rio Cahy, devido à sua dimensão histórica; e os rios Japara Grande, Japara Mirim, do Peixe, ribeirão Imbaçuaba e córrego do Ouro.

Mapa 6 – Hidrografia.



Fonte: Elaboração própria (Luís Felipe Ota, 2023).

Não obstante a dimensão turística, a produção agropecuária destaca-se no Prado, por meio da criação de gado e plantio de eucalipto, café, cacau, mamão, pimenta-do-reino, coco-da-baía, entre outras culturas (Tabelas 1 a 3). Como resultado, há um embate entre a produção agropecuária e a proteção ambiental.

Tabela 1 – Produção agrícola (lavouras perenes) no Prado em 2021.

Lavouras perenes	Área (ha)	Proporção (%)		Quantidade (ton)	Rendimento (kg/ha)	Valor (mil reais)
		No Extremo Sul	No estado			
Abacate	1	50,00	0,32	5	5000	8
Banana (cacho)	282	7,88	0,43	3187	11301	4701
Borracha (látex coagulado)	15	0,98	0,06	17	1133	40
Cacau (em amêndoa)	1040	3,49	0,25	404	388	5878
Café (em grão) canephora	6130	16,90	15,07	24600	4013	228669
Coco-da-baía	380	7,45	1,04	2333	6139	2275

Goiaba	6	30,00	0,27	78	13000	121
Laranja	5	3,52	0,01	68	13600	37
Limão	3	0,90	0,05	51	17000	61
Mamão	869	15,50	8,74	35462	40808	47874
Maracujá	120	22,99	0,71	2519	20992	3338
Pimenta-do-reino	402	17,54	13,52	1528	3801	15280
Palmito	35	19,77	1,02	145	4143	290
Urucum (semente)	320	37,38	16,78	270	844	378
TOTAL	9608			70667	142162	308950

Fonte: Elaboração própria com dados do PAM 2021, conforme IBGE, 2022 (Luís Felipe Ota, 2023).

Tabela 2 – Produção agrícola (lavouras temporárias) no Prado em 2021.

Lavouras temporárias	Área (ha)	Proporção (%)		Quantidade (ton)	Rendimento (kg/ha)	Valor (mil reais)
		No Extremo Sul	No estado			
Abacaxi	30	13,33	1,18	594	19800	1040
Amendoim (em casca)	20	22,53	0,50	20	1000	60
Batata-doce	10	3,62	0,96	136	13600	188
Cana-de-açúcar	12	0,03	0,02	533	44417	43
Feijão (em grão)	120	11,29	0,04	81	675	286
Mandioca	390	5,31	0,40	3894	9985	1363
Melancia	45	4,08	0,34	998	22178	798
Milho (em grão)	115	16,86	0,02	168	1461	202
TOTAL	742			6424	113116	3980

Fonte: Elaboração própria com dados do PAM 2021, conforme IBGE, 2022 (Luís Felipe Ota, 2023).

Tabela 3 – Produção pecuária no Prado em 2021.

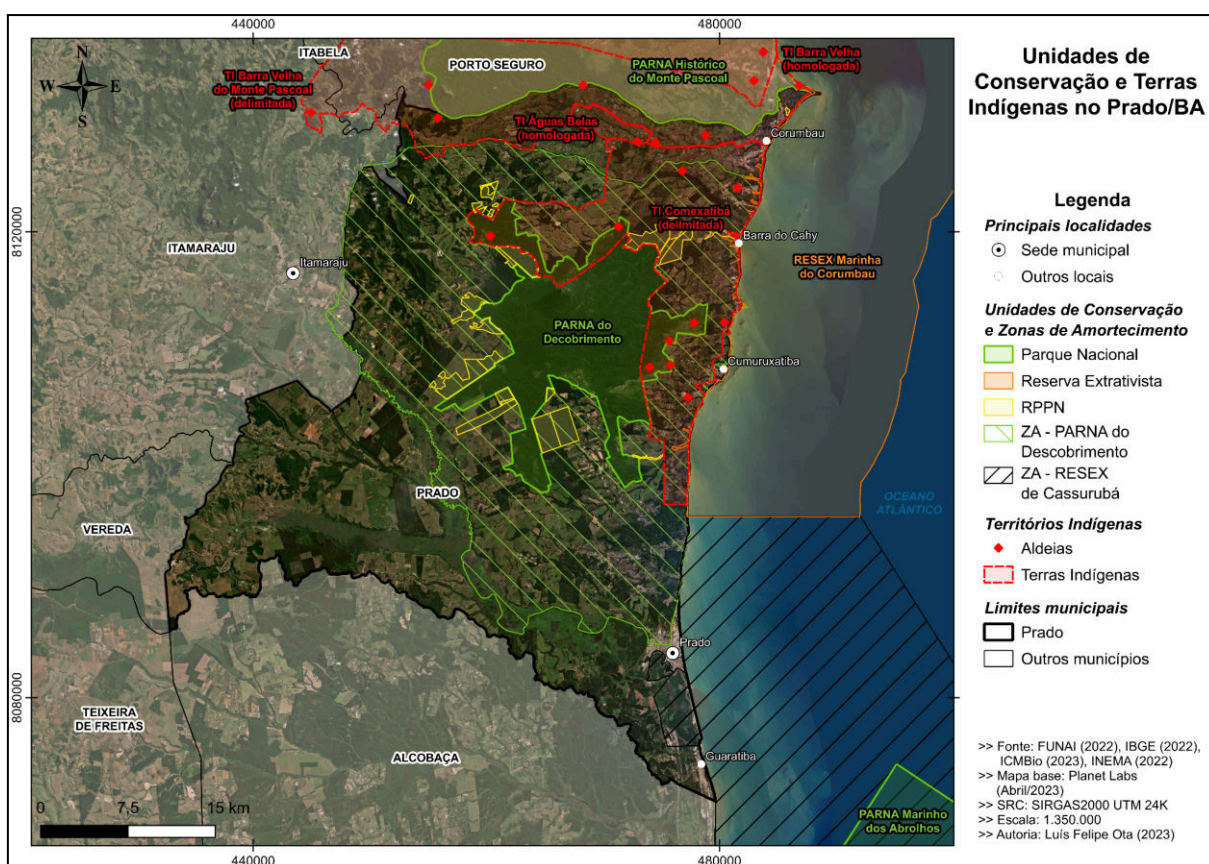
Tipo de rebanho	Número de cabeças	Proporção (%)	
		No Extremo Sul	No estado
Bovino	93374	5.71	0.79
Bubalino	76	1.02	0.34
Equino	1394	3.76	0.32
Suíno	1540	4.13	0.16
Caprino	62	1.51	0.002
Ovino	491	2.32	0.01
Galináceos	490420	12.23	0.98
TOTAL	587357		

Fonte: Elaboração própria com dados do PAM 2021, conforme IBGE, 2022 (Luís Felipe Ota, 2023).

As Unidades de Conservação resguardam 13,4% do município, sendo praticamente toda essa parcela ocupada pelo Parque Nacional do Descobrimento. A Zona de Amortecimento do parque, de grande extensão, representa 62,7% do Prado, incidindo até mesmo no município vizinho de Itamaraju (Mapa 7).

O PARNA do Descobrimento foi criado em 1999, junto com o PARNA do Pau-Brasil, às vésperas do aniversário de 500 anos da chegada dos portugueses. Com parte de sua área em sobreposição com a Terra Indígena Comexatibá, foi estabelecido em propriedade da Bralanda, que havia explorado o terreno via corte seletivo. Inicialmente com 21.129 hectares, teve sua área aumentada para 22.693,97 hectares em 2012, abrigando um dos maiores fragmentos de mata de tabuleiro ainda restantes.

Mapa 7 – Unidades de Conservação e Terras Indígenas.



Fonte: Elaboração própria (Luís Felipe Ota, 2023).

Em relação aos assentamentos existentes (Mapa 8), existem 8 projetos do INCRA perfazendo 10,60% do Prado, sendo 2 em território indígena (PA Fazendas Reunidas Corumbau e PA Fazenda Cumuruxatiba) e a maioria com atuação do MST. Ademais, há pelo menos 1 assentamento do MST ainda não reconhecido pelo INCRA (Assentamento Fábio Henrique).

44

Observa-se, desse modo, uma situação fundiária complicada. Agentes com interesses distintos estão em constante conflito, até mesmo através da violência. Mais recentemente, aprofundando o problema, tem crescido cada vez mais o número de loteamentos no município, principalmente no distrito de Cumuruxatiba, em área ao mesmo tempo de Terra Indígena, assentamento do INCRA e zona de amortecimento do PND.

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de 1985

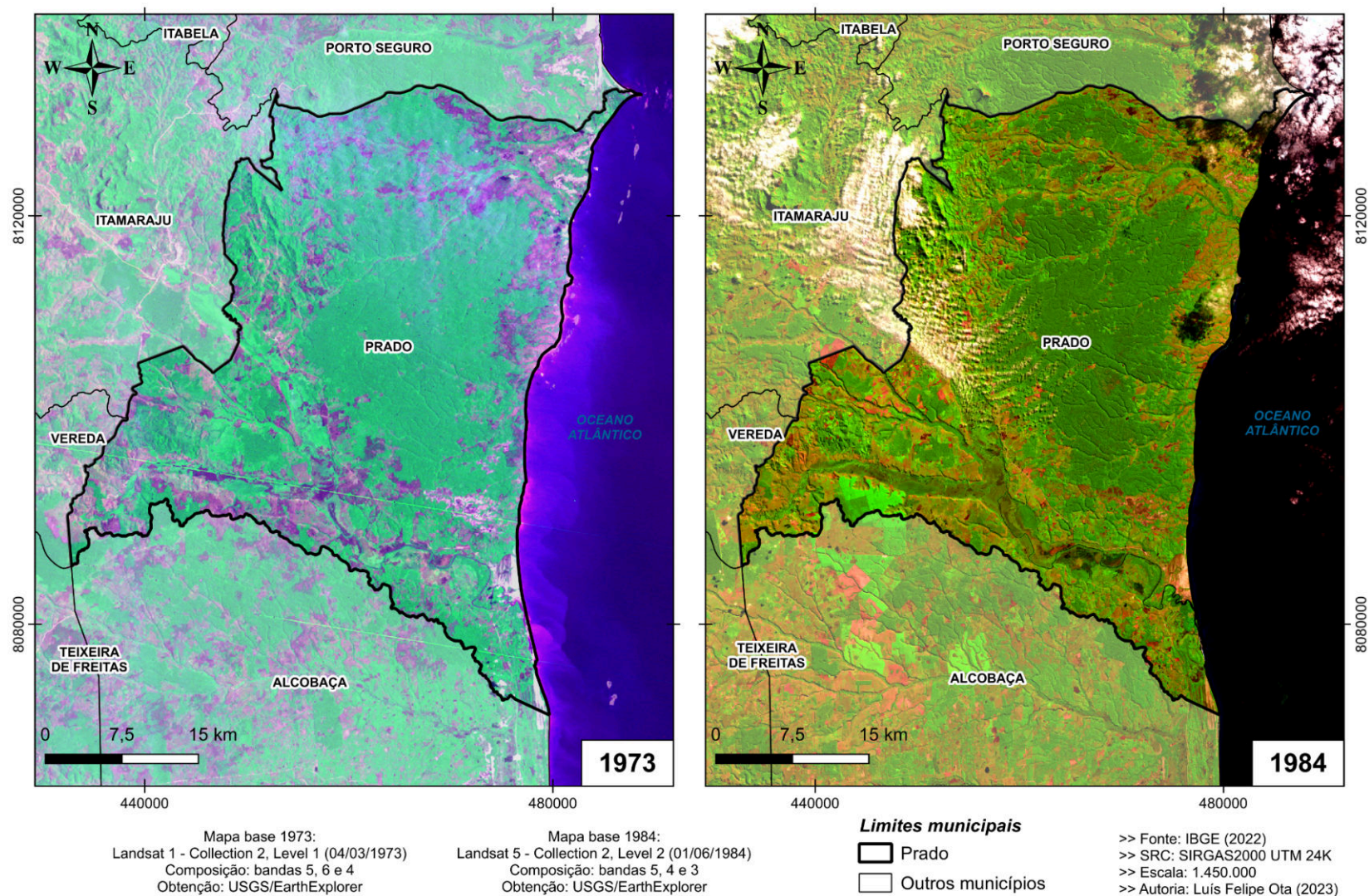
Antes de 1985, como previamente discorrido, o município do Prado e os outros municípios do Extremo Sul da Bahia estavam em processo de constituição de uma região à parte da região sul do estado.

No Mapa 9, em que o município é representado em imagens de satélite antigas de 1973 e 1984, nota-se uma grande proporção de cobertura vegetal, com mais áreas desmatadas a nordeste e a sul/sudoeste. A parte central, com maior área florestal conservada, engloba o perímetro das Unidades de Conservação do Prado, que só surgiriam a partir de 1999, quando o Parque Nacional do Descobrimento foi criado. A mancha urbana da sede municipal também é visível a sudeste, próximo do litoral.

Entre as duas imagens, já é perceptível uma redução na cobertura natural e a conversão de florestas para usos antrópicos. Como exemplo, destaca-se o surgimento de um eucaliptal a sudoeste do município, na divisa com Alcobaça.

Mapa 9 – Imagens de satélite antigas do município do Prado: 1973 e 1984.

Prado/BA em 1973 e 1984



Fonte: Elaboração própria (Luís Felipe Ota, 2023).

De 1985 a 1991

Em concordância com as imagens de satélite de 1973 e 1984, que demonstraram visualmente uma redução na cobertura natural e aumento dos usos antrópicos, este primeiro período analisado traz em dados essa tendência.

Em 1985, havia 101.109,78 ha de cobertura natural, isto é, representada pelas classes de (a) afloramento rochoso, (b) apicum, (c) campo alagado e área pantanosa, (d) formação florestal, (e) mangue, (f) outras formações não florestais, (g) praia, duna e areal, (h) restinga arborizada, (i) restinga herbácea/arbustiva e (j) rio, lago e oceano. Esse valor consistia em 59,75% do município, o que significa que as áreas de vegetação nativa ocupavam a maior parte de sua área (Tabela 4 e Mapa 10).

Tabela 4 – Área (hectares) das classes de cobertura e uso da terra no município do Prado/BA, em 1985 e 1991.

Classe	1985	1991	Variação (%)
Afloramento rochoso	1,62	0	- 100,00
Apicum	22,05	39,24	+ 77,96
Área urbanizada	530,19	718,83	+ 35,58
Café	27,72	27,90	+ 0,65
Campo alagado e área pantanosa	11.647,53	7.778,07	- 33,22
Formação florestal	85.371,21	59.253,03	- 30,59
Mangue	540,27	522,90	- 3,22
Mosaico de usos	15.085,17	11.621,43	- 22,96
Outras áreas não vegetadas	459,90	264,96	- 42,39
Outras formações não florestais	1.011,87	1.066,86	+ 5,43
Outras lavouras perenes	38,79	0	- 100,00
Outras lavouras temporárias	0	0,09	+
Pastagem	48.015,36	69.580,71	+ 44,91
Praia, duna e areal	509,49	388,17	- 23,81
Restinga arborizada	145,62	128,79	- 11,56
Restinga herbácea/arbustiva	1.258,47	998,73	- 20,64
Rio, lago e oceano	601,65	644,31	+ 7,09
Silvicultura	4.073,94	16.305,93	+ 300,25

Fonte: Elaboração própria com dados da Coleção 7.1 do MapBiomias (Luís Felipe Ota, 2023).

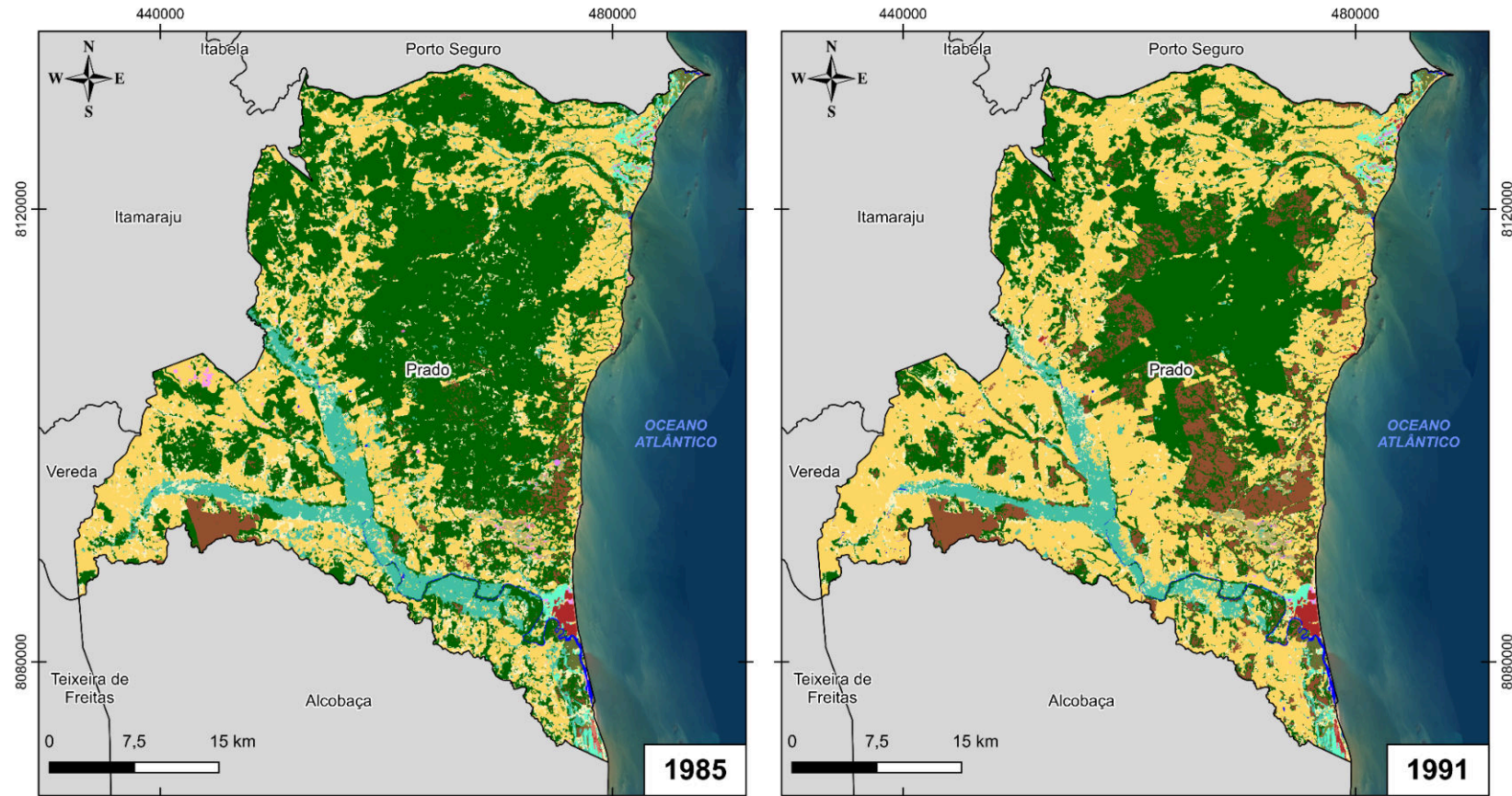
Desde já, percebe-se que as classes de cobertura natural mais significativas são fragmento florestal, que em 1985 representava cerca de metade da área do Prado, e campo alagado e área pantanosa, que ocorre ao longo do Rio Jucuruçu (6,88% da área do município em 1985).

Por outro lado, considerando como usos antrópicos as classes de (a) área urbanizada, (b) café, (c) mosaico de usos destinados à agropecuária, (d) outras lavouras perenes, (e) outras lavouras temporárias, (f) pastagem e (h) silvicultura, atinge-se 68.231,07 ha (40,32% do município) em 1985. Dentre essas classes, as que mais se destacavam eram pastagem (28,38% do Prado), mosaico de usos (8,91%) e silvicultura (2,41%).

Em 1991, o mapeamento do MapBiomas indica que os usos antrópicos haviam superado a área de cobertura natural, com 98.519,85 ha (58,22%) contra 70.820,10 ha (41,85%). Um crescimento expressivo foi observado nas áreas de pastagem, que passaram de 48.015,36 ha para 69.580,71 ha, avançando sobre as áreas naturais.

Tratando-se das áreas urbanizadas, o aumento também ocorreu majoritariamente sobre áreas naturais, indo de 530,19 ha para 718,83 ha. Enquanto isso, as classes de formação florestal e de campo alagado e área pantanosa tiveram redução de, aproximadamente, 30% cada. Demonstrando a representatividade dessas duas classes no conjunto das áreas naturais do município, esse percentual foi o mesmo da diminuição da cobertura natural.

Mapa 10 – Cobertura e uso da terra em 1985 e 1991.



Cobertura e uso da terra - Prado/BA (1985 e 1991)



>> Fonte: IBGE (2022); MapBiomass (Coleção 7.1, 2023)
 >> Mapa base: Planet Labs (Abril/2023)
 >> SRC: SIRGAS2000 UTM 24K
 >> Escala: 1.450.000
 >> Autoria: Luís Felipe Ota (2023)

Fonte: Elaboração própria (Luís Felipe Ota, 2023).

Um crescimento improvável de silvicultura foi observado, principalmente sobre áreas de fragmento florestal na porção central do município. Buscando-se por imagens de satélite da época, não se percebe a conversão dessas áreas em eucaliptais. Outro fator que gera desconfiança é a disposição dessa classe, uma vez que o eucalipto geralmente é cultivado em porções contínuas e cujas bordas terminam abruptamente, formando padrões geométricos. No caso do mapeamento do MapBiomass, o eucalipto aparece entremeado nos fragmentos florestais, em áreas descontínuas e com bordas arredondadas (Mapa 11).

Conforme o Mapa 10, mesmo dentre os locais mapeados como silvicultura em porções maiores e cuja vegetação se encerra abruptamente, somente o eucalipto a sudoeste parece representar corretamente essa classe de cobertura da terra, conforme observado na imagem de satélite de 1984 (Mapa 9).

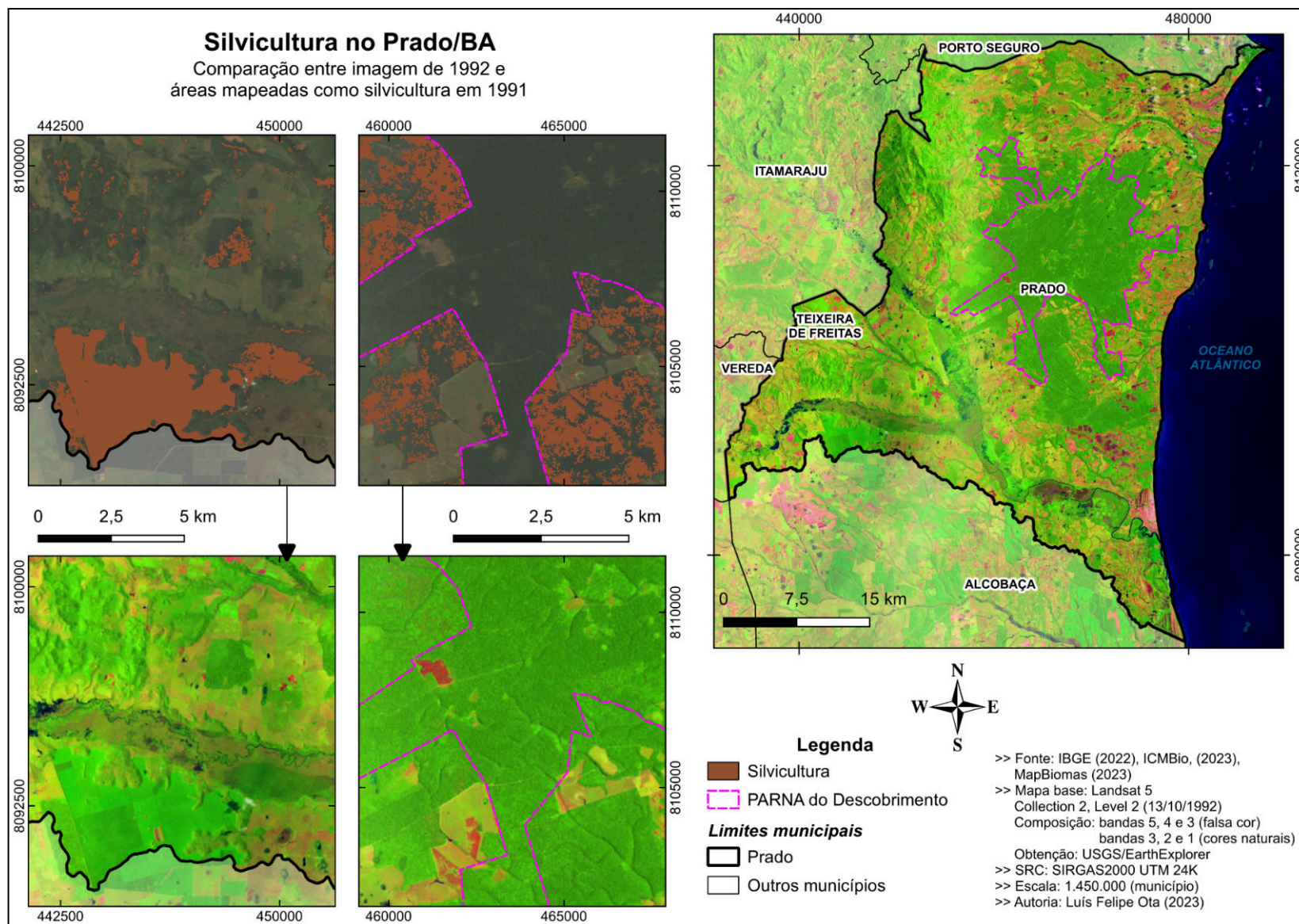
Dada a possibilidade de áreas de silvicultura estarem superestimadas, com aumento de 12.231,99 ha, pode-se afirmar que, na realidade, a proporção entre cobertura natural e usos antrópicos em 1991 era similar, próximo de 50:50.

Ao se analisar as mudanças ocorridas nas áreas que hoje são Unidades de Conservação e Terras Indígenas (mesmo as ainda não homologadas), constata-se que, em geral, as terras que compreendem o PARNA do Descobrimento mantiveram sua cobertura natural (leve variação de + 1,57%), representando pouco mais de 90% do total. Por sua vez, as porções ocupadas pela classe de pastagem aumentou de 850,23 ha para 1.106,01 ha, expandindo principalmente sobre a classe de mosaico de usos agropecuários, que reduziu de 904,05 ha para 323,19 ha.

É interessante ressaltar que, apesar do mapeamento indicar grande aumento da silvicultura no município, não é isso que se detecta na área do atual parque. Aliás, enquanto haveria 0,02 ha em 1985, teve sua área zerada em 1991.

No caso das porções do território que hoje estão delimitadas por Reservas Particulares do Patrimônio Natural, alterações mais significativas foram observadas. As áreas florestadas, que compunham 94,14% do total em 1985, regrediram para 56,29% em 1991, ao passo que a silvicultura aumentou sobre elas, de 125,82 ha para 1.898,64 ha. Nesse caso, verifica-se o aumento exorbitante e dubitável de eucalipto esclarecido anteriormente.

Mapa 11 – Áreas de silvicultura no Prado/BA em 1991/92.



Fonte: Elaboração própria (Luís Felipe Ota, 2023).

Em áreas indígenas, a cobertura natural era superior às classes de usos antrópicos, perfazendo 57,18% da área total em 1985. Em 1991, reduziu para 38,77%, à medida que pastagens chegaram a 17.862,75 ha (+ 39,23%) e os eucaliptais a 3.056,04 ha (+ 361,92%). Levando em conta a hipótese de imprecisão no mapeamento, também é possível depreender que as áreas naturais compreenderiam, na realidade, cerca de metade dos territórios indígenas atualmente delimitados/homologado.

Foi em 1985, aliás, que a Terra Indígena Águas Belas, única homologada entre as três incidentes no Prado, teve seu memorial descritivo de delimitação realizado.

De 1991 a 1997

De início, a impressão é de que a proporção entre áreas naturais e antrópicas não sofreu grandes alterações. Houve uma redução de 2,24% entre as classes de cobertura natural, ou seja, de 70.820,10 ha para 69.237,09 ha, e um aumento de 1.583,01 ha para as classes de usos antrópicos, superando os 100 mil ha.

Entretanto, o Mapa 12 e os dados da Tabela 5 demonstram uma drástica diminuição de quase $\frac{2}{3}$ nas áreas de eucalipto, que em sua maioria voltaram a compreender formações florestais, fortalecendo a hipótese de falha no mapeamento do MapBiomias.

Os dados imprecisos para 1991 mascaram a real perda de vegetação nativa até 1997, que teve 8.535,87 ha convertidos em pastagem. Outra perda elevada se deu para mosaico de usos agropecuários (5.096,34 ha), apesar de áreas naturais também terem crescido sobre essa classe (2.206,71 ha).

As áreas urbanizadas tiveram um crescimento menor do que no período anterior, alcançando 815,03 ha (+ 13,87%), e a classe representada pelo café (*Coffea canephora*) teve aumento destacado de 153,23%, apesar do pequeno valor absoluto de 70,65 ha. Ambas avançaram sobre pastagens, mosaicos de usos e, principalmente, vegetação nativa.

Tabela 5 – Área (hectares) das classes de cobertura e uso da terra no município do Prado/BA, em 1991 e 1997.

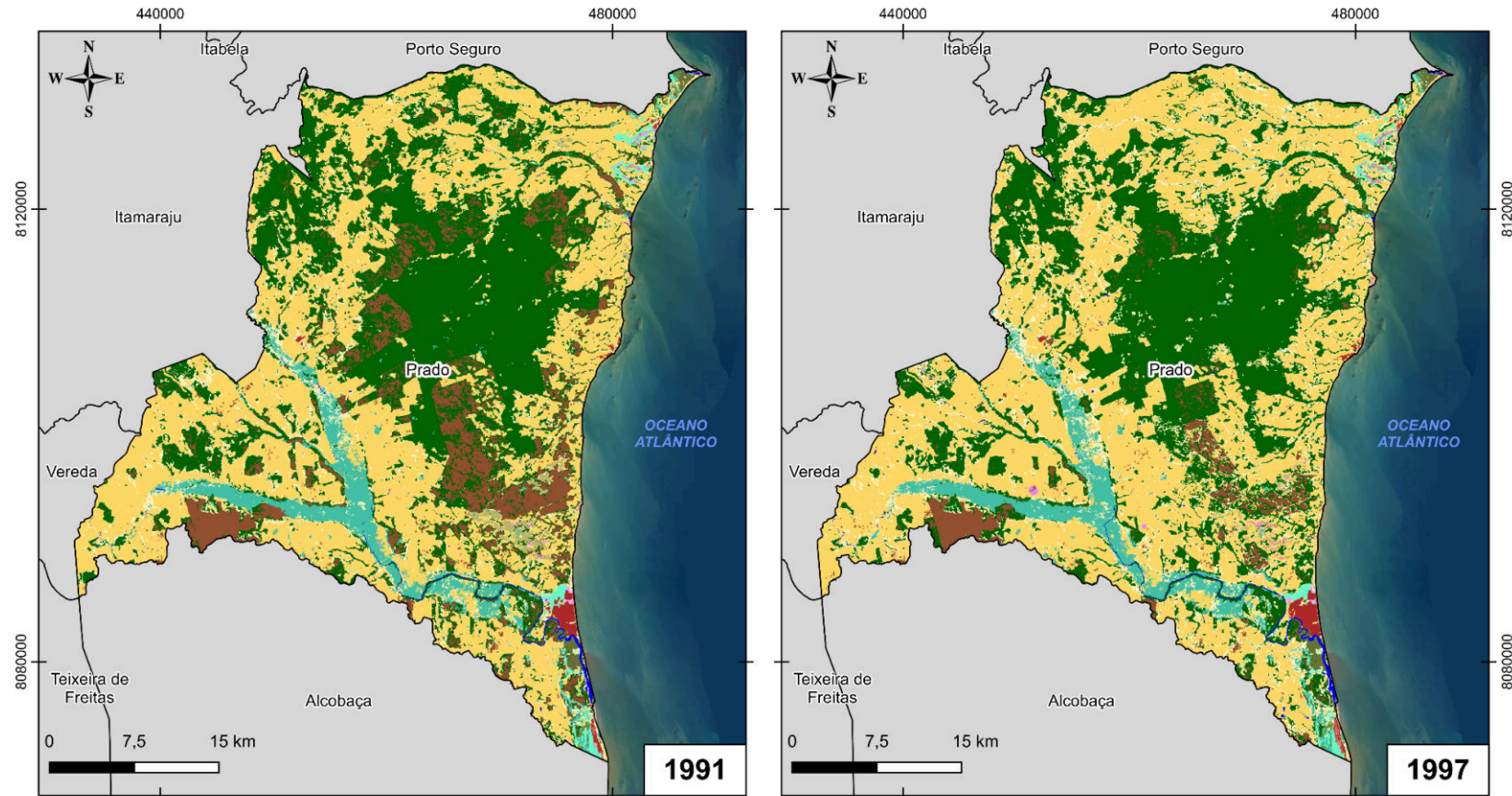
Classe	1991	1997	Variação (%)
Afloramento rochoso	0	0	Nula
Apicum	39,24	24,84	- 36,70
Área urbanizada	718,83	815,04	+ 13,38
Café	27,90	70,65	+ 153,23
Campo alagado e área pantanosa	7.778,07	8.250,30	+ 6,07
Formação florestal	59.253,03	57.774,96	- 2,49
Mangue	522,90	595,44	+ 13,87
Mosaico de usos	11.621,43	18.612,36	+ 60,16
Outras áreas não vegetadas	264,96	272,25	+ 2,75
Outras formações não florestais	1.066,86	299,70	- 71,91
Outras lavouras perenes	0	58,14	+
Outras lavouras temporárias	0,09	0	Nula
Pastagem	69.580,71	74.664,81	+ 7,31
Praia, duna e areal	388,17	559,80	+ 44,22
Restinga arborizada	128,79	157,77	+ 22,50
Restinga herbácea/arbustiva	998,73	851,40	- 14,75
Rio, lago e oceano	644,31	722,88	+ 12,19
Silvicultura	16.305,93	5.609,61	- 65,60

Fonte: Elaboração própria com dados da Coleção 7.1 do MapBiomias (Luís Felipe Ota, 2023).

Dentro do perímetro do atual Parque Nacional do Descobrimento, houve um aumento relativamente significativo da classe de mosaico de usos, de 323,19 ha para 1.084,23 ha, ao mesmo tempo que um pequeno aumento foi verificado para pastagens e uma leve diminuição para áreas naturais, que continuaram representando acima de 90% do total (20.450,25 ha) .

Onde hoje é RPPN, a cobertura nativa mais do que dobrou, chegando a 87,94% da área total, e a silvicultura caiu 78,76%, corroborando novamente uma inexatidão nos dados para o ano de 1991. Ainda, um aumento nos mosaicos de usos em detrimento das pastagens pode indicar mais uma falha no mapeamento, porém de pouca gravidade, dada a natureza de ambas as classes.

Mapa 12 – Cobertura e uso da terra em 1991 e 1997.



Cobertura e uso da terra - Prado/BA (1991 e 1997)



>> Fonte: IBGE (2022); MapBiomass (Coleção 7.1, 2023)
 >> Mapa base: Planet Labs (Abril/2023)
 >> SRC: SIRGAS2000 UTM 24K
 >> Escala: 1.450.000
 >> Autoria: Luís Felipe Ota (2023)

Fonte: Elaboração própria (Luís Felipe Ota, 2023).

Ao contrário das RPPNs, nas Terras Indígenas o respaldo quanto à falha no mapeamento se dá como no contexto geral do município. A redução nos eucaliptais é notado nas florestas, que apresentaram pequena diminuição, isto é, há um mascaramento na real perda de área da vegetação nativa. As classes de área urbanizada e café, por outro lado, não seguiram o observado no município como um todo, mantendo-se semelhante. Por fim, as pastagens atingiram 50,49% da área total das TI (+ 7,03%), ou 62,95% se contabilizados os mosaicos de usos.

De 1997 a 2003

No íterim entre 1997 e 2003, as mudanças em valores absolutos tornam-se menores em comparação aos dois períodos anteriores. A diminuição da cobertura natural continua, tendo queda de 3.726,45 ha (- 5,38%), e a área dos usos antrópicos atinge 103.827,69 ha (+ 3,72%). A proporção, portanto, estava 61,36% de área antrópica diante de 38,72% de área natural (Tabela 6 e Mapa 13).

Com aumento de 17,31%, as pastagens passaram a representar pouco mais da metade da área total do Prado, tal como as formações florestais em 1985. A progressão das áreas de pasto sobre mosaicos de usos, como averiguado na análise anterior (e exemplificado em área de RPPN), aponta para uma dificuldade em se diferenciar essas classes segundo o método empregado pelo MapBiomas.

A silvicultura teve nova regressão, mais sutil, o que parece indicar resquícios da provável falha do mapeamento. O aumento da área urbanizada foi menor, de somente 4,26%, e destacam-se as lavouras perenes, inclusive o café, que aumentaram em 522,90 ha; valor considerado elevado proporcionalmente.

No PND, que teve sua criação decretada em 1999, novamente houve uma diminuição na cobertura vegetal nativa, que passou de 20.450,25 ha para 19.617,84 ha. Essa perda se deu em função das pastagens, que aumentaram em mais de mil hectares, também sobre mosaicos de usos. Agora, as áreas naturais ficaram inferiores a 90% do total, mais especificamente em 86,51%.

Tabela 6 – Área (hectares) das classes de cobertura e uso da terra no município do Prado/BA, em 1997 e 2003.

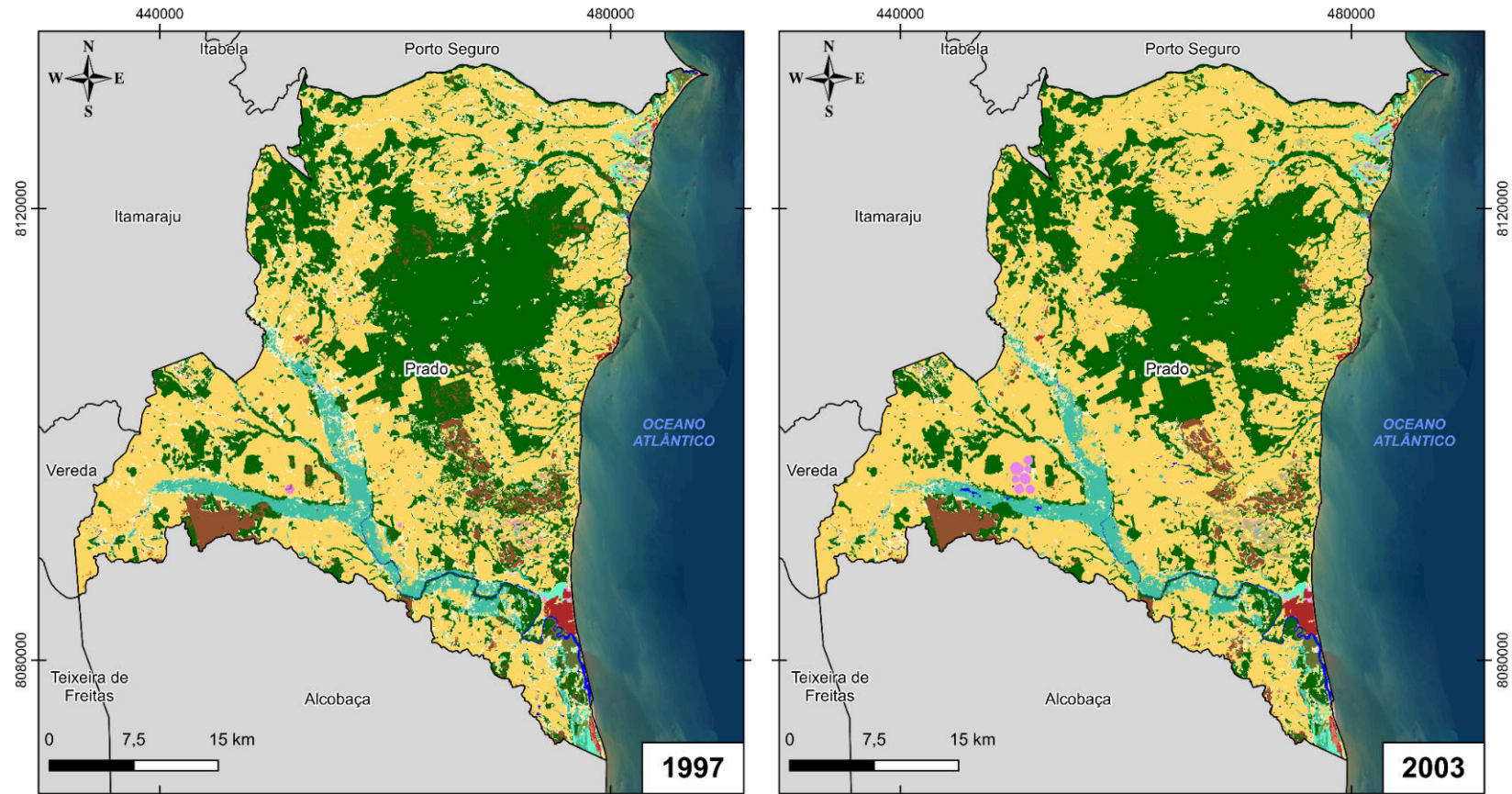
Classe	1997	2003	Variação (%)
Afloramento rochoso	0	0	Nula
Apicum	24,84	8,01	- 67,75
Área urbanizada	815,04	849,78	+ 4,26
Café	70,65	107,46	+ 52,10
Campo alagado e área pantanosa	8250,30	7528,77	- 8,75
Formação florestal	57774,96	54269,73	- 6,07
Mangue	595,44	604,08	+ 1,45
Mosaico de usos	18612,36	10004,85	- 46,25
Outras áreas não vegetadas	272,25	309,15	+ 13,55
Outras formações não florestais	299,70	891,09	+ 197,33
Outras lavouras perenes	58,14	415,44	+ 614,55
Outras lavouras temporárias	0	0	Nula
Pastagem	74664,81	87586,65	+ 17,31
Praia, duna e areal	559,80	432,90	- 22,67
Restinga arborizada	157,77	159,66	+ 1,20
Restinga herbácea/arbustiva	851,40	877,59	+ 3,08
Rio, lago e oceano	722,88	738,81	+ 2,20
Silvicultura	5.609,61	4.554,36	-18,81

Fonte: Elaboração própria com dados da Coleção 7.1 do MapBiomias (Luís Felipe Ota, 2023).

Em contrapartida, a cobertura natural cresceu nas RPPNs, cujo valor de 4.394,34 (+ 9,06%) ultrapassou os 90% das áreas das reservas, perfazendo 95,91%. Novamente houve significativa conversão de silvicultura em floresta nativa, que decaiu até 19,17 ha (- 95,25%), e as pastagens aumentaram em 84,88%, mesmo que representando somente 2,19% do total.

Nas Terras Indígenas, observou-se elevada diminuição de mosaicos de usos e silvicultura, e uma pequena redução de 3,50% em áreas naturais. Enquanto os eucaliptais se transformaram majoritariamente em cobertura nativa (retomando a questão do erro no mapeamento), as classes de mosaicos de usos e áreas naturais se converteram em pastagens. Estas cresceram 3.234,42 ha e passaram a 59,03% do total das TI.

Mapa 13 – Cobertura e uso da terra em 1997 e 2003.



Cobertura e uso da terra - Prado/BA (1997 e 2003)

- | | | | | |
|---------------------|-----------------------------------|-----------------------------|----------------------------|---------------------|
| 1. Floresta | 2. Formação Natural não Florestal | 3. Agropecuária | 4. Área não Vegetada | 6. Não observado |
| Formação Florestal | Campo Alagado e Área Pantanosa | Pastagem | Praia, Duna e Areal | |
| Mangue | Apicum | Outras Lavouras Temporárias | Área Urbanizada | |
| Restinga Arborizada | Restinga Herbácea/Arbustiva | Café | Outras Áreas não Vegetadas | |
| | Outras Formações não Florestais | Silvicultura | 5. Corpo D'água | |
| | | Mosaico de Usos | Rio, Lago e Oceano | |
| | | | | Municípios vizinhos |

>> Fonte: IBGE (2022); MapBiomass (Coleção 7.1, 2023)
 >> Mapa base: Planet Labs (Abril/2023)
 >> SRC: SIRGAS2000 UTM 24K
 >> Escala: 1.450.000
 >> Autoria: Luís Felipe Ota (2023)

Fonte: Elaboração própria (Luís Felipe Ota, 2023).

De 2003 a 2009

Neste período, repara-se um ligeiro aumento de 0,34% (+ 223,29 ha), na cobertura natural, inclusive em formações florestais (Tabela 7 e Mapa 14). As pastagens deixam de compreender mais da metade do Prado (- 9,52%), ao menos se também não forem consideradas as porções ocupadas por mosaicos de usos agropecuários (+ 46,94%).

As áreas urbanizadas cresceram pouco, em 26,01 ha, e as terras cultiváveis receberam novo destaque, com o café atingindo 523,98 ha (+ 387,60%). A silvicultura também teve um acréscimo considerável de 65,48% (4.554,36 ha para 7.536,42 ha), consistindo primeiro aumento desde a improvável disparada no sexênio 1985_1991.

Tabela 7 – Área (hectares) das classes de cobertura e uso da terra no município do Prado/BA, em 2003 e 2009.

Classe	2003	2009	Variação (%)
Afloramento rochoso	0	0	Nula
Apicum	8,01	5,40	- 32,58
Área urbanizada	849,78	875,79	+ 3,06
Café	107,46	523,98	+ 387,60
Campo alagado e área pantanosa	7.528,77	6.194,97	- 17,72
Formação florestal	54.269,73	55.764,63	+ 2,75
Mangue	604,08	578,52	- 4,23
Mosaico de usos	10.004,85	14.701,59	+ 46,94
Outras áreas não vegetadas	309,15	244,89	- 20,79
Outras formações não florestais	891,09	1.020,06	+ 14,47
Outras lavouras perenes	415,44	477,18	+ 14,86
Outras lavouras temporárias	0	0,45	+
Pastagem	87.586,65	79.245,63	- 9,52
Praia, duna e areal	432,90	436,59	+ 0,85
Restinga arborizada	159,66	168,57	+ 5,58
Restinga herbácea/arbustiva	877,59	844,47	- 3,77
Rio, lago e oceano	738,81	720,72	- 2,45
Silvicultura	4.554,36	7.536,42	+ 65,48

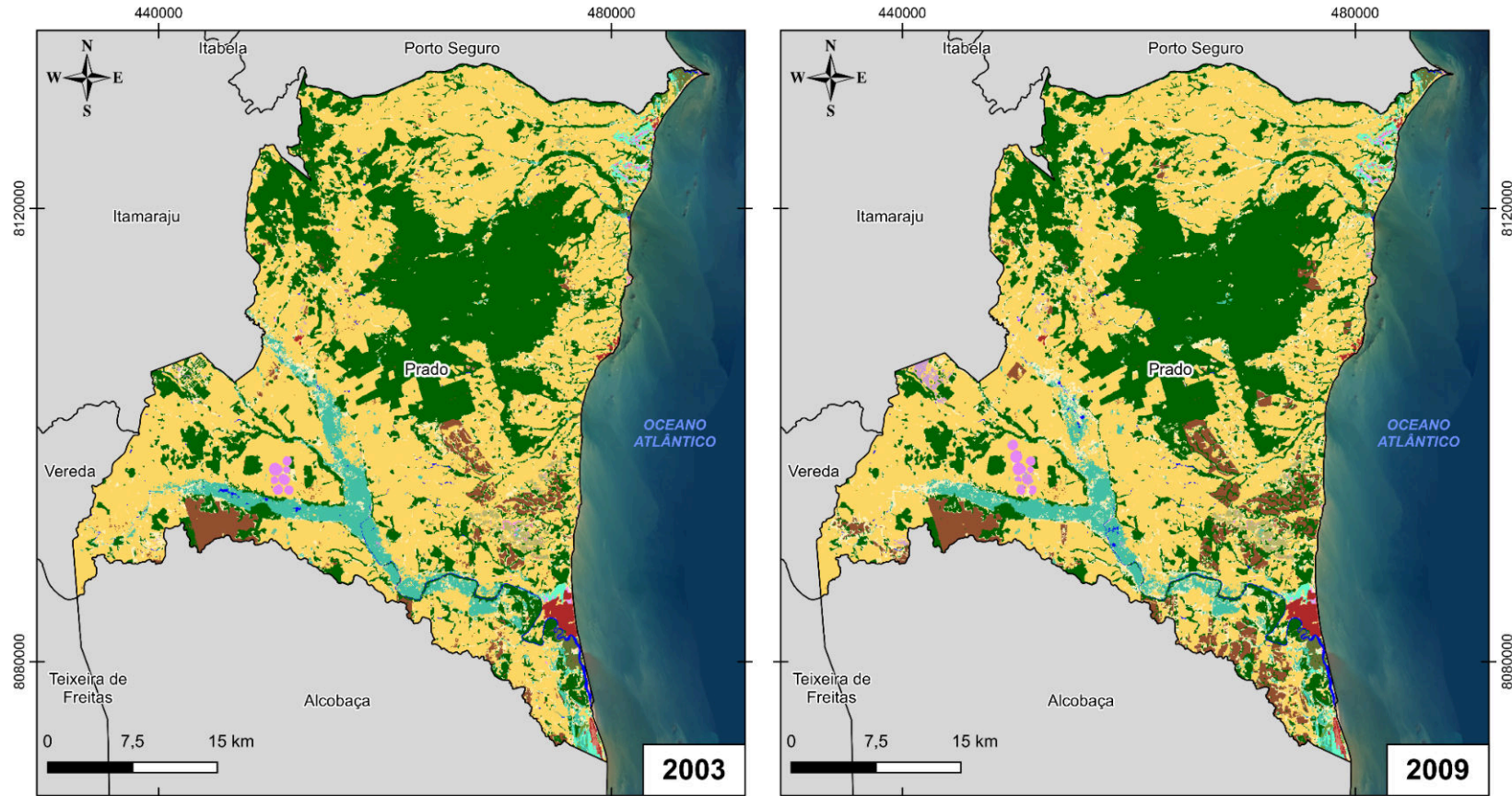
Fonte: Elaboração própria com dados da Coleção 7.1 do MapBiomias (Luís Felipe Ota, 2023).

O PARNA do Descobrimento, nesta primeira análise abarcando sua existência em ambos os anos de referência, também passou por um aumento em sua área nativa (+ 2,56%), compreendendo 20.119,41 ha. Apesar das pastagens terem diminuído em 718,02 ha e os mosaicos de usos aumentado em 216,45 ha, o acréscimo de áreas naturais não se deu majoritariamente sobre pasto, mas sobre mosaicos, que por sua vez cresceram sobre pastagens.

As RPPNs tiveram mais um aumento de cobertura natural, desta vez mais discreto (+ 0,59%). Enquanto a área de mosaico de usos também teve leve aumento (+ 3,60 ha), a silvicultura não demonstrou a mesma tendência do município como um todo, diminuindo para 11,25 ha (- 41,31%). Todavia, a tendência geral foi verificada na área de pastagem, que também apresentou queda (- 21,47%).

No que diz respeito aos territórios indígenas, pode-se dizer que são mais representativas perante ao município, haja visto a área que ocupam. A vegetação nativa aumentou em 1,47%, a área urbanizada em 6,18% e os mosaicos de usos em 49,19%. Com maior expressividade, terras ocupadas por café cresceram em 388,89% (0,81 ha para 3,96 ha) e por eucalipto ampliaram em 147,62% (141,75 ha para 351,00 ha). Por seu turno, mesmo com diminuição na área de pastagem (- 1.482,30 ha), estas ainda representavam 55,12% das Terras Indígenas.

Mapa 14 – Cobertura e uso da terra em 2003 e 2009.



Cobertura e uso da terra - Prado/BA (2003 e 2009)



>> Fonte: IBGE (2022); MapBiomass (Coleção 7.1, 2023)
 >> Mapa base: Planet Labs (Abril/2023)
 >> SRC: SIRGAS2000 UTM 24K
 >> Escala: 1.450.000
 >> Autoria: Luís Felipe Ota (2023)

Fonte: Elaboração própria (Luís Felipe Ota, 2023).

De 2009 a 2015

Para o presente intervalo, de novo é constatado um pequeno aumento das áreas naturais, que expandiram-se em 1.477,35 até alcançarem 67.211,28 ha, sobrepondo-se em locais anteriormente representados por pastagens e mosaicos de usos. Pela primeira vez, todas as áreas destinadas à agropecuária diminuíram, com exceção do café, que dobrou sua área para 1.109,70 ha (+111,78%), também sobre pastagens e mosaicos de usos (Tabela 8 e Mapa 15).

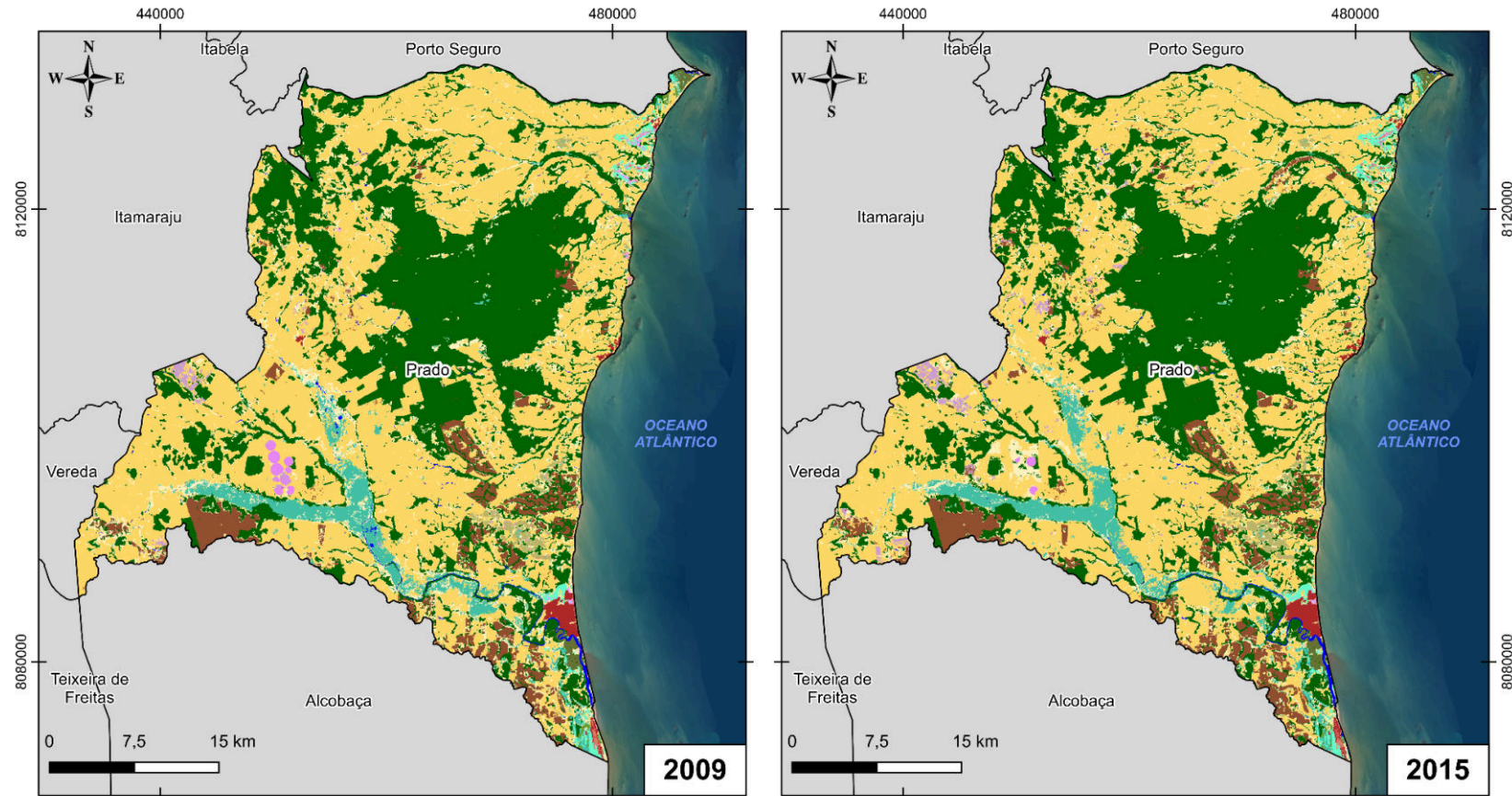
A silvicultura teve área ampliada, mas em menor proporção do que no íterim precedente, de 7.536,42 ha para 8.850,33 ha, sobre pastagens (975,15 ha), mosaicos de usos (391,59 ha) e áreas naturais (310,32 ha). No caso das áreas urbanizadas, o acréscimo de 6,70% se deu mais em cobertura nativa (36,00 ha), seguido das pastagens (27,27 ha) e mosaicos (8,37 ha).

Tabela 8 – Área (hectares) das classes de cobertura e uso da terra no município do Prado/BA, em 2009 e 2015.

Classe	2009	2015	Variação (%)
Afloramento rochoso	0	0	Nula
Apicum	5,40	1,53	- 71,67
Área urbanizada	875,79	934,47	+ 6,70
Café	523,98	1.109,70	+ 111,78
Campo alagado e área pantanosa	6.194,97	6.371,46	+ 2,85
Formação florestal	55.764,63	56.963,88	+ 2,15
Mangue	578,52	591,12	+ 2,18
Mosaico de usos	14.701,59	13.807,62	- 6,08
Outras áreas não vegetadas	244,89	106,83	- 56,38
Outras formações não florestais	1.020,06	1.053,18	+ 3,25
Outras lavouras perenes	477,18	110,97	- 76,74
Outras lavouras temporárias	0,45	0,09	- 80,00
Pastagem	79.245,63	77.209,74	- 2,57
Praia, duna e areal	436,59	372,15	- 14,76
Restinga arborizada	168,57	164,34	- 2,51
Restinga herbácea/arbustiva	844,47	998,91	+ 18,29
Rio, lago e oceano	720,72	694,71	- 3,61
Silvicultura	7.536,42	8.850,33	+ 17,43

Fonte: Elaboração própria com dados da Coleção 7.1 do MapBiomias (Luís Felipe Ota, 2023).

Mapa 15 – Cobertura e uso da terra em 2009 e 2015.



Cobertura e uso da terra - Prado/BA (2009 e 2015)



>> Fonte: IBGE (2022); MapBiomass (Coleção 7.1, 2023)
 >> Mapa base: Planet Labs (Abril/2023)
 >> SRC: SIRGAS2000 UTM 24K
 >> Escala: 1.450.000
 >> Autoria: Luís Felipe Ota (2023)

Fonte: Elaboração própria (Luís Felipe Ota, 2023).

Apesar de pouco expressivo, houve um incremento de 160,11 ha (+ 0,80%) de vegetação nativa no Parque Nacional do Descobrimento, ao passo que as pastagens e os mosaicos de uso tiveram queda de 160,65 ha. Foi nesse período que sua área foi ampliada e sua Zona de Amortecimento delimitada (2012), e que seu Plano de Manejo foi aprovado (2014).

Em áreas de RPPN, o aumento da cobertura natural seguiu em mesma ordem do parque (+ 0,85%), e pastagens e mosaicos diminuíram (- 15,57 ha e - 22,50 ha, respectivamente). Um aumento de pouco mais de 0,5 ha se deu na classe de silvicultura.

Entrementes, nas Terras Indígenas foi notado um acréscimo um pouco maior em relação às áreas naturais, em 434,97 ha (+ 3,30%). As mudanças mais significativas foram observadas nas classes de área urbanizada (+ 34,90%), café (+ 250%) e silvicultura (+ 99,02%), que desenvolveram-se sobre áreas de pastagem (- - 829,06 ha).

De 2015 a 2021

No interstício entre os dois últimos anos examinados, identifica-se que a tendência de incremento das áreas naturais continua, tendo ocorrido um aumento de 2.583,99 ha (+ 3,84%), de modo que os 69.795,27 ha representavam, pela primeira vez desde 1997, mais de 40% do município (41,25%).

Mesmo com as pastagens apresentando queda de 8,34%, seus 70.769,79 ha em 2021 ainda consistiam em 41,82% do Prado. Foram nesses locais e nos mosaicos de usos que a vegetação nativa mais se expandiu (Tabela 9 e Mapa 16).

Por outro lado, os terrenos dedicados às lavouras e à silvicultura demonstraram crescimento, que assim como no caso das áreas naturais, deu-se majoritariamente sobre pastagens e mosaicos de usos. No caso da classe de outras lavouras temporárias, foi a primeira vez que demonstrou um aumento considerável (+ 9.100%), chegando a 8,28 ha e se firmando por meio da técnica de cultivo de pivô central (sudoeste do município). O avanço das áreas urbanizadas, diferentemente, foi percebido em destaque sobre a vegetação nativa.

Tabela 9 – Área (hectares) das classes de cobertura e uso da terra no município do Prado/BA, em 2015 e 2021.

Classe	2015	2021	Variação (%)
Afloramento rochoso	0	0,54	+
Apicum	1,53	2,16	+ 41,18
Área urbanizada	934,47	1.063,80	+ 13,84
Café	1.109,70	1.660,05	+ 49,59
Campo alagado e área pantanosa	6.371,46	6.824,43	+ 7,11
Formação florestal	56.963,88	58.876,38	+ 3,36
Mangue	591,12	599,58	+ 1,43
Mosaico de usos	13.807,62	10.993,59	- 20,38
Outras áreas não vegetadas	106,83	328,86	+ 207,83
Outras formações não florestais	1.053,18	1.260,63	+ 19,70
Outras lavouras perenes	110,97	548,91	+ 394,65
Outras lavouras temporárias	0,09	8,28	+ 9100,00
Pastagem	77.209,74	70.769,79	- 8,34
Praia, duna e areal	372,15	372,33	+ 0,05
Restinga arborizada	164,34	140,58	- 14,46
Restinga herbácea/arbustiva	998,91	996,30	- 0,26
Rio, lago e oceano	694,71	722,34	+ 3,98
Silvicultura	8.850,33	14.172,30	+ 60,13

Fonte: Elaboração própria com dados da Coleção 7.1 do MapBiomias (Luís Felipe Ota, 2023).

No Parque Nacional do Descobrimento, a cobertura vegetal nativa voltou a representar mais de 90% de sua área (91,78%), com acréscimo de mais de 500 ha. Apesar da redução das pastagens e mosaicos, foi iniciada uma plantação de café em seu interior, mas em área anteriormente ocupada por pastagem.

Esse cultivo em área do parque seria proibido, mas pode ser justificado pela ampliação do PND em 2012, ocasião em que propriedades privadas limítrofes foram incorporadas. O plantio de café, conforme averiguado no trabalho de campo (Fotografia 6), está presente em uma propriedade entre as duas “pernas” do parque (analogia decorrente de seu formato), que ainda não foi indenizada e cujo proprietário possui direito ao uso, mesmo que impossibilitado de conversão de novas áreas para agricultura ou pecuária.

Fotografia 6 – Cultivo de café em propriedade no interior do PND.

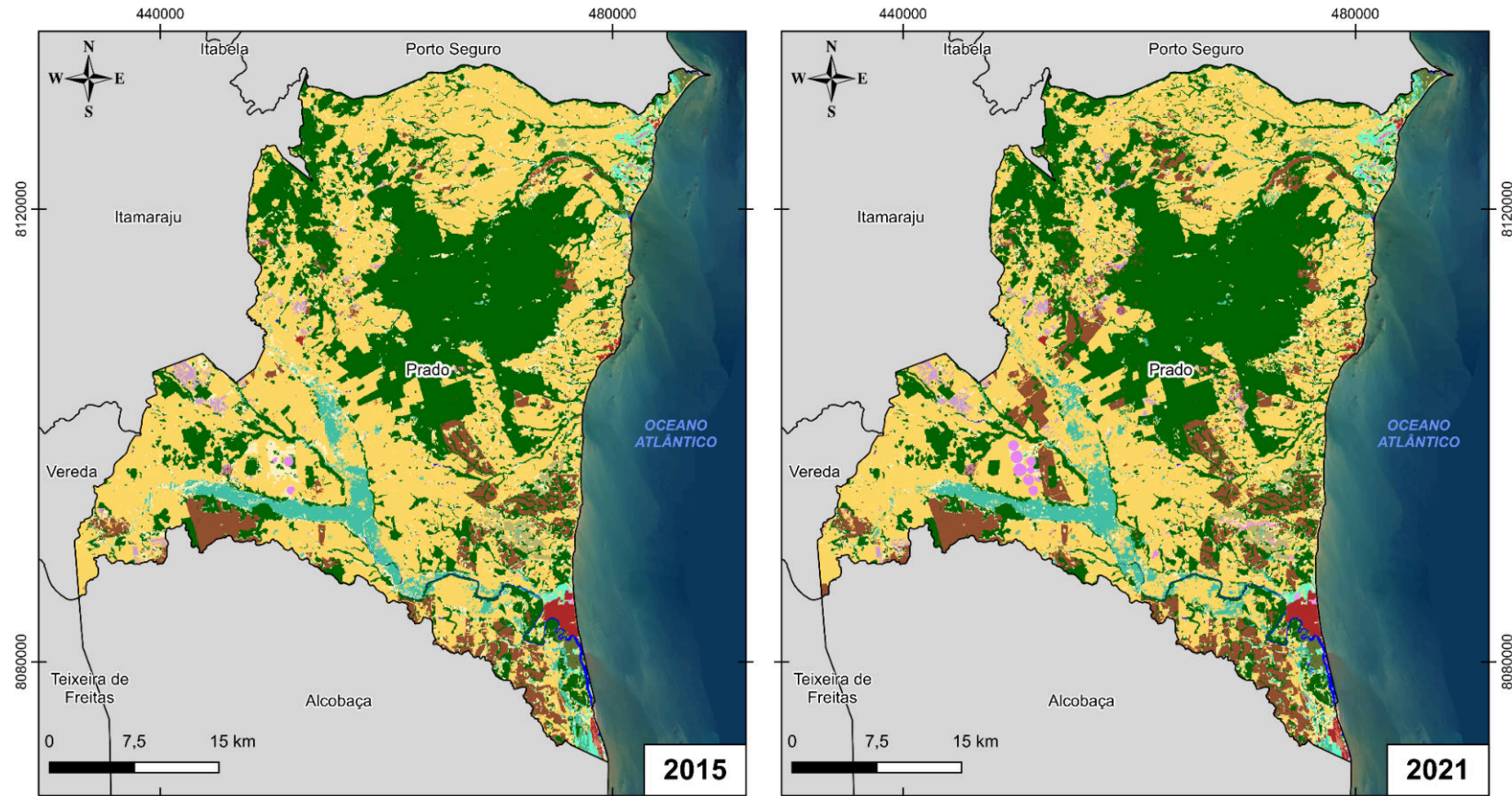


Fonte: Trabalho de campo (Luís Felipe Ota, 2023).

Nas Reservas Particulares do Patrimônio Natural, o aumento de áreas naturais foi bastante discreto, menos de 1 ha, mas a silvicultura deu um salto de 162,60%, passando de 11,79 ha para 30,96 ha. Esta ampliação se deu sobre a vegetação nativa, que por sua vez teve maior avanço sobre a classe de mosaico de usos agropecuários.

Em território Pataxó, a ampliação da cobertura natural foi de pouco mais de mil hectares (+ 8,61%), sobre pastagens e mosaicos. As maiores alterações proporcionais se deram em áreas urbanizadas (+ 40,04 %), marcando 61,38 ha, em sua maior parte sobre áreas naturais; em eucaliptais (+ 87,04%), cujo a área total de 1.306,62% passou a ocupar áreas naturais e pastagens; e na cafeicultura, que aumentou em 222,73% (44,72 ha no total), principalmente sobre pastagens.

Mapa 16 – Cobertura e uso da terra em 2015 e 2021.



Cobertura e uso da terra - Prado/BA (2015 e 2021)



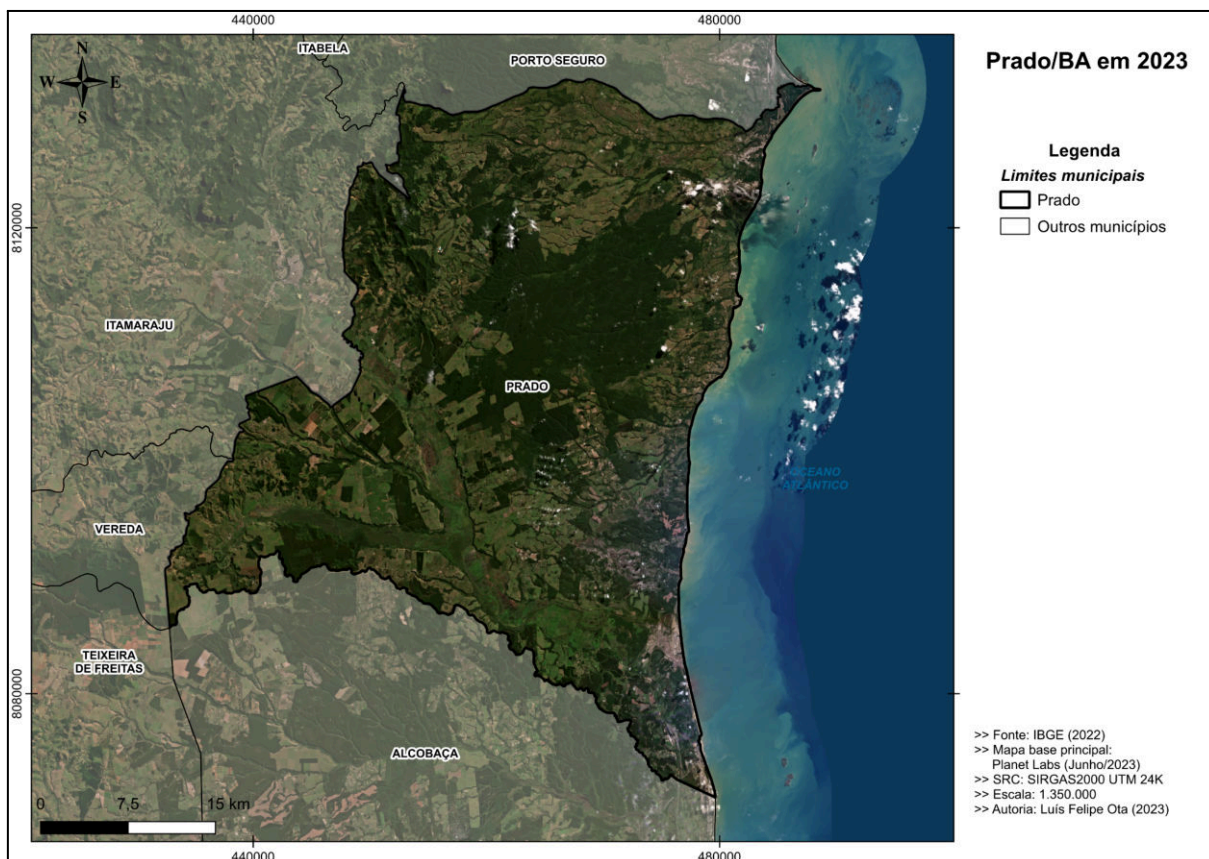
>> Fonte: IBGE (2022); MapBiomass (Coleção 7.1, 2023)
 >> Mapa base: Planet Labs (Abril/2023)
 >> SRC: SIRGAS2000 UTM 24K
 >> Escala: 1.450.000
 >> Autoria: Luís Felipe Ota (2023)

Fonte: Elaboração própria (Luís Felipe Ota, 2023).

Prado em 2023

Através do trabalho de campo empreendido em maio de 2023, foi possível observar peculiaridades e questões que o sensoriamento remoto não é capaz de alcançar, apesar de fornecer subsídios para sua compreensão.

Mapa 17 – Prado em 2023.



Fonte: Elaboração própria (Luís Felipe Ota, 2023).

Nesta altura da pesquisa, já foi exposto como Unidades de Conservação, Terras Indígenas e assentamentos perfazem significativa área do Prado, alcançando grande importância local.

Em 2012, com a ampliação do PARNA do Descobrimento, propriedades vizinhas ao parque foram adicionadas e houve a previsão de que, na hipótese de sobreposição com territórios indígenas, seria aplicado uma gestão sob regime de dupla afetação. Nessa época, proprietários que desejavam manter suas terras

criaram RPPNs contíguas ao parque, inclusive em área da Terra Indígena Comexatibá.

Em 2014, o Plano de Manejo aprovado do PARNA do Descobrimento, além de não abordar o regime de dupla afetação, colocava os indígenas Pataxó da TI Comexatibá como invasores irregulares do parque. Foi somente em 2018, após um episódio de ocupação dos Pataxó na sede do parque no ano anterior, que um Termo de Compromisso foi firmado entre a gestão do PND e os indígenas.

Mais recentemente, neste ano de 2023, está em processo a revisão do Plano de Manejo, que deverá cimentar esse acordo e realmente incluir os Pataxó na gestão do parque, em específico onde há sobreposição com a Terra Indígena Comexatibá (a exemplo da Fotografia 7), mesmo que ainda não homologada e na situação de ser a Terra Indígena com o maior número de contestações no Brasil.

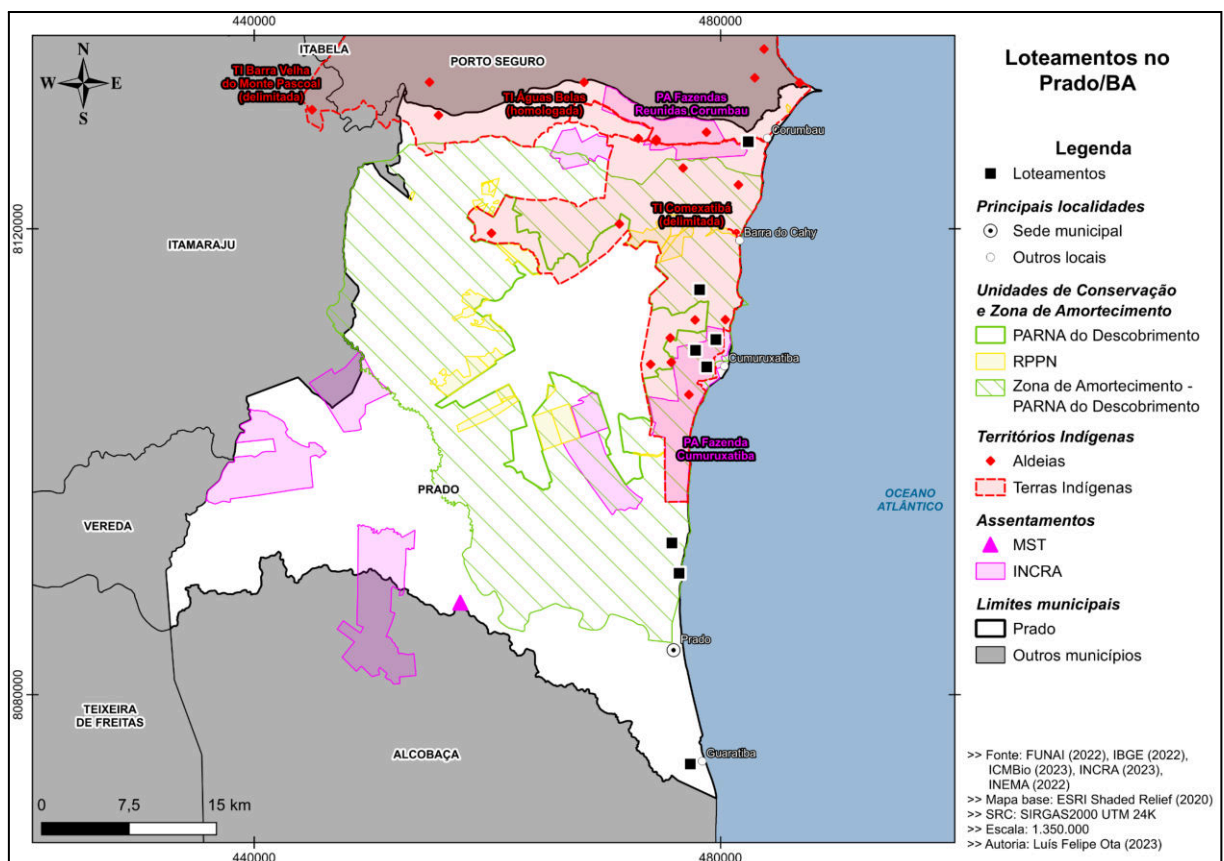
Fotografia 7 – Aldeia Tibá em área de sobreposição entre o PARNA do Descobrimento e a TI Comexatibá.



Fonte: Trabalho de campo (Luís Felipe Ota, 2023).

Complementando esse quadro, assentamentos do INCRA também incidem sobre territórios indígenas, gerando conflitos, como no PA Fazendas Reunidas Corumbau e no PA Santa Luzia/Três Irmãos (CAETANO DA SILVA, 2003). Em outro caso, assentados do PA Fazenda Cumuruxatiba, imediatamente a leste do PND e ocupando toda a porção sul da TI Comexatibá, sob menor atuação do INCRA, passaram a vender seus terrenos. Dessa maneira, o mercado imobiliário passou a se mobilizar em prol de loteamentos, muitas vezes irregulares (Mapa 18 e Fotografias 8 e 9).

Mapa 18 – Loteamentos.



Fonte: Elaboração própria (Luís Felipe Ota, 2023).

Essa pressão sobre o parque e a TI Comexatibá atinge maiores dimensões com estímulo da prefeitura, que resgatou uma lei de 2001 (Lei Municipal nº 56/2001) que define praticamente todo o litoral em uma faixa de 4 km como área urbana. O

Plano Diretor do Prado, de 2005 (Lei Complementar nº 158/2005), não menciona essa lei e nem a revoga.

Fotografia 8 – *Banner* indicando lotes à venda.



Fonte: Trabalho de campo (Luís Felipe Ota, 2023).

Fotografia 9 – Terrenos loteados para venda.



Fonte: Trabalho de campo (Luís Felipe Ota, 2023).

Nota-se, portanto, uma situação de antinomia jurídica, em que diplomas legais entram em conflito. Por seu turno, o zoneamento da Zona de Amortecimento, conforme o Plano de Manejo de 2014, estabelece disposições contrárias e impede a conversão de novas áreas urbanas em seus limites.

Assim, a área urbanizada do município, apesar de distinta do conceito de área urbana (delimitado legalmente), vem crescendo ao redor da sede municipal do Prado, na Praia de Guaratiba, em Corumbau e em Cumuruxatiba, que inclusive foi deixada de fora da Zona de Amortecimento do PARNA do Descobrimento. Contudo, como citado, novos lotes estão avançando sobre a ZA e a TI Comexatibá.

No caso da sede do Prado, identificou-se a consolidação de bairros bastante diferenciados entre classes sociais, com lotes mais caros surgindo a norte, como no bairro do Basevi (Fotografias 10 e 11), e áreas com pouca infraestrutura e terrenos menores em porções mais afastadas do centro, rumo ao interior (Fotografia 12).

Fotografia 10 – Consolidação do bairro do Basevi sobre vegetação de restinga.



Fonte: Trabalho de campo (Luís Felipe Ota, 2023).

Fotografia 11 – Porção do bairro do Basevi a ser ocupada sobre área de restinga.



Fonte: Trabalho de campo (Luís Felipe Ota, 2023).

Em Cumuruxatiba, essa diferenciação é menor, mas também vem ocorrendo. Agora, na Praia de Guaratiba e em Corumbau, a ocupação ainda está se firmando, com forte viés turístico.

Avaliando a situação das UCs e dos outros fragmentos de vegetação nativa, vislumbra-se uma possibilidade de conexão entre o PARNA do Descobrimento e o PARNA Histórico do Monte Pascoal, em Porto Seguro. Além de uma área florestada a noroeste que poderia ser incorporada ao parque, terrenos com declividades mais acentuadas favoreceram a conservação da fragmentos entre os dois parques.

Em relação aos Pataxó, mesmo com a criação de uma secretaria dedicada às questões dos povos indígenas pela administração empossada em 2021, as ameaças são constantes e situações de violência (inclusive com mortes) se tornam notícia ocasionalmente. Como resultado, o povo Pataxó provavelmente é o mais agredido

da Bahia, que possui o segundo maior número de assassinatos de indígenas, atrás apenas do Mato Grosso do Sul (CIMI, 2022).

Fotografia 12 – Lotes menores e mais afastados do centro, em direção ao interior.



Fonte: Trabalho de campo (Luís Felipe Ota, 2023).

Apesar dos empecilhos que se somam contra sua luta por homologação de seus territórios, a cooperação com a gestão do PND parece trazer benefícios, com indígenas sendo habilitados para condução de trilhas no interior do parque e novas possibilidades de turismo cultural sendo organizadas, como nas aldeias Tibá e Cahy/Kaí (Fotografias 7 e 13).

Fotografia 13 – Artesanato na aldeia Cahy/Kaí.



Fonte: Trabalho de campo (Luís Felipe Ota, 2023).

Após um período complicado na gestão do governo Jair Bolsonaro, o retorno de Lula para um terceiro governo gera expectativas quanto à homologação da TI Comexatibá. Entre as movimentações mais recentes nesse sentido está a visita da presidenta da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Joenia Wapichana, e da ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, à região (FUNAI, 2023), além do novo zoneamento do PND que deverá reconhecer as áreas de sobreposição como uma zona específica do parque, reforçando o território ainda não homologado.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Extremo Sul da Bahia, como objeto de pesquisa da Geografia, apresenta múltiplas frentes temáticas para abordagem. Mesmo escolhendo como tema a cobertura e uso da terra e traçando um recorte espacial e temporal específico, manter-se nos eixos pré-delimitados, considerando o leque de possibilidades possíveis para a região, foi o maior desafio enfrentado durante a execução desta pesquisa.

Tendo em mente os limites e exigências de um trabalho de graduação, considera-se que os objetivos desta pesquisa foram atingidos. Boas fontes acerca da área de estudo foram encontradas e possibilitaram entender a construção do Extremo Sul como localidade geográfica diferenciada do sul da Bahia. O fácil acesso aos dados da plataforma MapBiomas mediante o *Google Earth Engine* permitiu a produção de mapas, gráficos e diagramas que, por sua vez, propiciaram analisar quantitativa e qualitativamente a evolução da cobertura e uso da terra no município.

É possível que este trabalho pudesse ser feito sem o trabalho de campo (que só foi possível graças à oportunidade de participar, como voluntário, da oficina de revisão do Plano de Manejo do Parque Nacional do Descobrimento), por meio de revisão bibliográfica e o uso de geotecnologias, mas observar de perto o contexto em que a área de estudo está inserido foi de um valor incomensurável. Estar presente no cenário de realização dos fluxos que compõem a dinâmica do Prado, tal como conversar com pessoas que habitam o município, tornou possível atingir uma profundidade que seria impossível a partir de livros e da tela de um computador.

À vista disso, constatou-se que todo o processo histórico de constituição do Extremo Sul da Bahia transcorreu através de mudanças na cobertura e uso da terra. Foram a cacauicultura, o extrativismo vegetal e a pecuária que diferenciaram o Extremo Sul do que antes era somente denominado Sul da Bahia.

Percebe-se que três produtos do setor primário geraram profundas transformações no Extremo Sul e no Prado. Provocaram tanto alterações na composição, estrutura e extensão da vegetação nativa, como nas relações sociais,

políticas e econômicas, isto é, retrabalharam a Geografia dessa região através de novas dinâmicas humanas na paisagem.

Durante esse encadeamento de eventos, a Mata Atlântica foi sendo devastada, restando somente alguns fragmentos da Hileia Baiana. Estes estão, em sua maioria, protegidos por Unidades de Conservação, como no Prado, onde há o Parque Nacional do Descobrimento (Fotografia 14) e as RPPNs do seu entorno, além da Terra Indígena Comexatibá.

No município do Prado, para manter o que resta da mata de tabuleiro, que ainda foi pouco estudada e presta serviços ecossistêmicos fundamentais para a sociedade local, a melhor alternativa é buscar aumentar a conectividade de seus fragmentos, proteger os limites das UCs, trabalhar com as comunidades rurais da zona de amortecimento do PARNA do Descobrimento e com os Pataxó.

Fotografia 14 – Vista do mirante do PARNA do Descobrimento, com a “Lagoa Só Não Vou” ao centro.



Fonte: Trabalho de campo (Luís Felipe Ota, 2023).

Nesse sentido, deve-se prestar atenção no crescimento das áreas destinadas à produção de eucalipto, que apesar de serem mais permeáveis à fauna do que uma área de pasto, podem trazer outras consequências de âmbito socioambiental para o município.

Segundo os dados do MapBiomias, as áreas naturais do município tiveram redução de 30,97% entre 1985 e 2021 (Tabela 10 e Mapa 19). No primeiro ano de análise, a cobertura do Prado era composta por mais áreas de vegetação nativa, mas logo em 1991 os usos antrópicos a superaram (aqui, vale ressaltar o erro constatado no MapBiomias). Todavia, após sucessivas perdas, a cobertura vegetal natural voltou a crescer no ínterim entre 2003 e 2009, seguindo uma tendência de acréscimo desde então (Gráficos 1 e 2 e Diagrama 1).

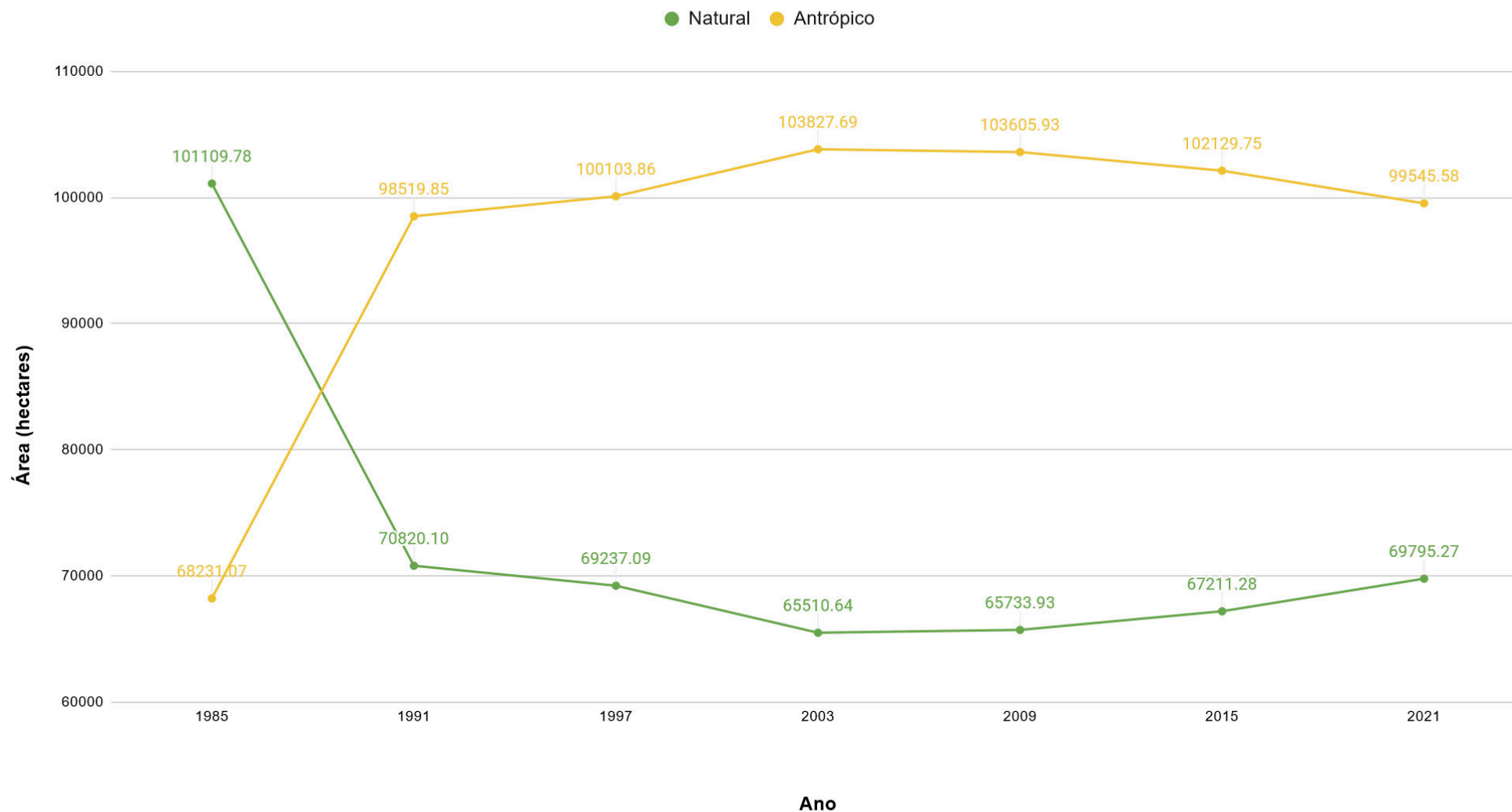
Tabela 10 – Área (hectares) da cobertura natural e dos usos antrópicos no município do Prado/BA, em 2015 e 2021.

Classe	1985	2021	Variação (%)
Natural	101.109,78	69.795,27	- 30,97
Antrópico	68.231,70	99.545,58	+ 45,89

Fonte: Elaboração própria com dados da Coleção 7.1 do MapBiomias (Luís Felipe Ota, 2023).

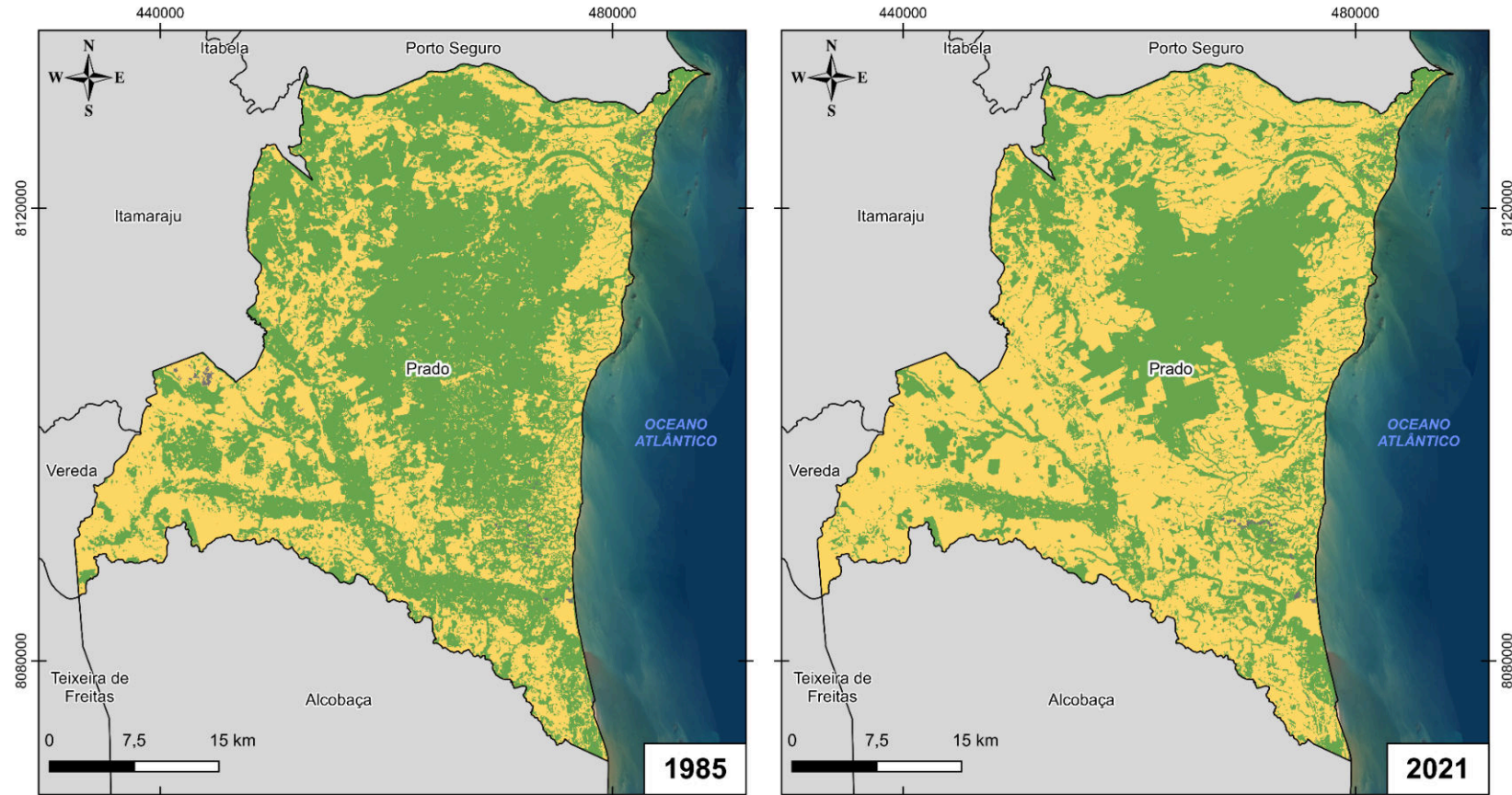
Gráfico 1 – Variação da cobertura natural e dos usos antrópicos.

Cobertura natural e usos antrópicos - Prado/BA (1985 a 2021)



Fonte: Elaboração própria com dados da Coleção 7.1 do MapBiomias (Luís Felipe Ota, 2023).

Mapa 19 – Cobertura natural e usos antrópicos em 1985 e 2021.



Cobertura natural e usos antrópicos - Prado/BA (1985 e 2021)

Natural:		Antrópico:	Não definido:
Formação Florestal	Afloramento Rochoso	Pastagem	Outras Áreas não Vegetadas
Mangue	Restinga Herbácea/Arbustiva	Outras Lavouras Temporárias	Não observado
Restinga Arborizada	Outras Formações não Florestais	Café	
Campo Alagado e Área Pantanosa	Praia, Duna e Areal	Outras Lavouras Perenes	
Apicum	Rio, Lago e Oceano	Silvicultura	
		Mosaico de Usos	
		Área Urbanizada	

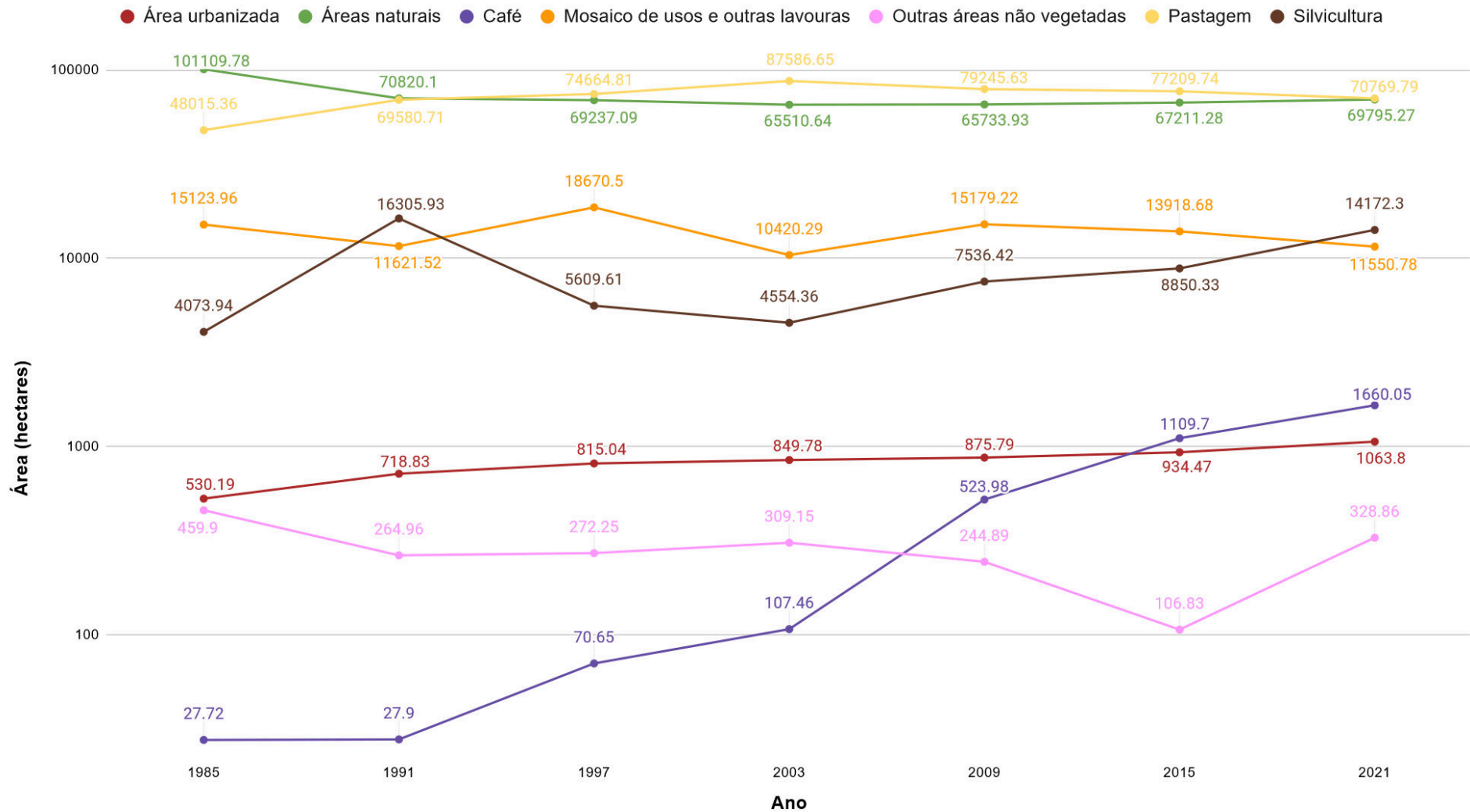
□ Municípios vizinhos

>> Fonte: IBGE (2022); MapBiomias (Coleção 7.1, 2023)
 >> Mapa base: Planet Labs (Abril/2023)
 >> SRC: SIRGAS2000 UTM 24K
 >> Escala: 1.450.000
 >> Autoria: Luís Felipe Ota (2023)

Fonte: Elaboração própria (Luís Felipe Ota, 2023).

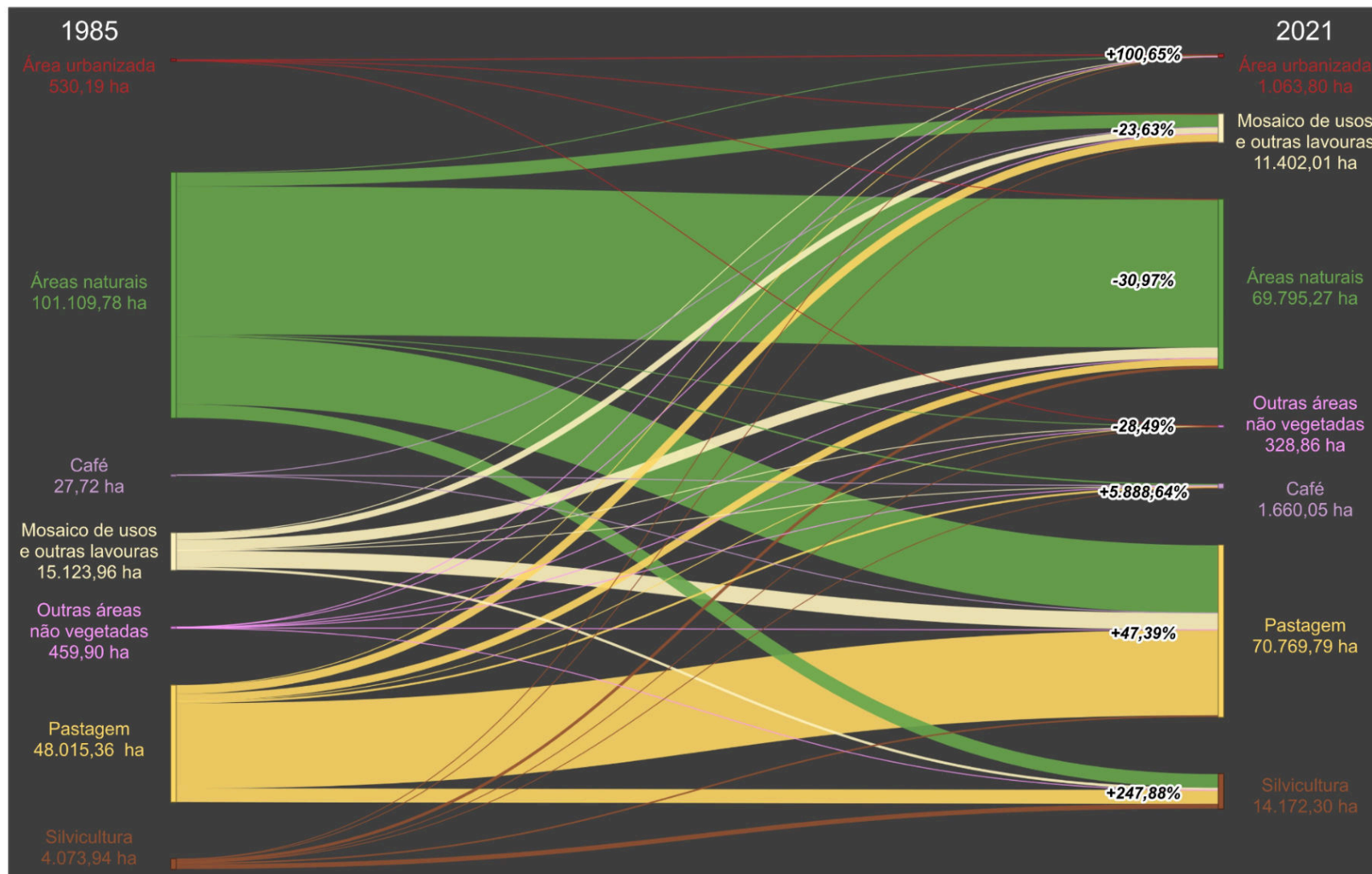
Gráfico 2 – Variação das áreas naturais e das classes de usos antrópicos (discriminadas).

Áreas naturais e classes de usos antrópicos - Prado/BA (1985 a 2021)



Fonte: Elaboração própria com dados da Coleção 7.1 do MapBiomas (Luís Felipe Ota, 2023).

Diagrama 1 – Transições das áreas naturais e das classes de usos antrópicos (discriminadas).



Fonte: Elaboração própria com dados da Coleção 7.1 do MapBiomias (Luís Felipe Ota, 2023).

Conforme a Tabela 11, a importância das Unidades de Conservação é identificada ao se avaliar a variação na cobertura natural no decorrer dos anos. Enquanto o município como um todo apresentou queda de 30,97% nas áreas naturais, o PND perdeu somente 0,51%, enquanto as RPPNs tiveram aumento de 3,36%. Em contrapartida, as Terras Indígenas se mostraram mais vulneráveis, com diminuição de 31,69%.

Destaca-se o fato de que a área de vegetação nativa no PND provavelmente é superior ao mapeado pelo MapBiomas, uma vez que porções classificadas como pastagem e mosaico de usos em todos os anos de análise são, na realidade, fisionomias campestres de muçununga (vegetação nativa sobre solo arenoso e úmido associada à Mata de Tabuleiro), conforme mapeamento realizado por Leite & Araújo Sobrinho (2021).

Tabela 11 – Proporção (%) da cobertura natural em relação a área total.

Local	1985	1991	1997	2003	2009	2015	2021
Município do Prado	59,75	41,85	40,92	38,72	38,85	39,72	41,25
PARNA do Descobrimento	92,25	93,70	90,18	86,51	88,72	89,43	91,78
RPPNs	94,15	56,29	87,94	95,91	96,48	97,30	97,31
Terras Indígenas	57,18	38,77	35,56	34,31	34,81	35,96	39,06

Fonte: Elaboração própria com dados da Coleção 7.1 do MapBiomas (Luís Felipe Ota, 2023).

Espera-se que a Terra Indígena Comexatibá seja homologada, assegurando o direito dos Pataxó e freando parte das ameaças à vegetação nativa. No geral, infelizmente é difícil observar uma solução rápida e fácil para os conflitos fundiários locais, porque o interesse pela terra é completamente distinto entre os grupos que a habitam.

A homologação dessa Terra Indígena demonstra ser de grande polêmica, haja visto a quantidade de propriedades em seu interior, inclusive um assentamento e RPPNs. Recentes discussões referentes à absurda tese conhecida como marco temporal e à possibilidade de indenização de terra nua (além da já permitida indenização de benfeitorias) quando da desapropriação de terrenos em área

indígena aumentam ainda mais a tensão sobre o tema. Outro ponto controverso é a grande extensão da ZA do PARNA do Descobrimento, cuja normativa impede a conversão de novas áreas urbanas, o que restringe o crescimento da cidade do Prado entre o Rio Jucuruçu e o limite sul da ZA.

O que se percebe, em contexto geral, é um cenário em que a prefeitura aspira por novas áreas para urbanização, grandes empresas querem produzir eucalipto, especuladores imobiliários almejam a criação de loteamentos, o setor hoteleiro procura terrenos próximos ao litoral para construir empreendimentos luxuosos e fazendeiros buscam manter o controle sobre grandes propriedades.

Ao mesmo tempo, demais produtores rurais têm investido em culturas como café, mamão, cacau, coco-da-baía e pimenta-do-reino, assentados do INCRA e do MST tentam se firmar e garantir sua própria terra, indígenas lutam pelo reconhecimento de seus territórios e manutenção de sua cultura, e o ICMBio deseja proteger o que resta da fauna e flora nativas.

Inserido nesse complexo cenário, o município do Prado vem se desenvolvendo e caminhando junto aos outros municípios do Extremo Sul baiano. Resta, agora, observar como cada um desses atores irá se articular em prol de seus interesses e como será a atuação do poder público. O resultado, de certo, será refletido na cobertura e uso da terra e em mudanças na dinâmica das relações sociais e econômicas do município.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Raul R.; OLIVEIRA, Regina C. de. Degradação ambiental e novas territorialidades no Extremo Sul da Bahia. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 8, n. 22, p. 18_37, set. 2007. <https://doi.org/10.14393/RCG82215514>.

ARAÚJO, Marcelo; ROCHA, Rui B.; ALGER, Kieth N.; MESQUITA, Carlos A. B. **A Mata Atlântica do Sul da Bahia: situação atual, ações e perspectivas**. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1998. 35 p. Disponível em: <http://www.rbma.org.br/rbma/pdf/Caderno_08.pdf>. Acesso em: 16 set. 2023.

AZEVEDO, Marta M. Diagnóstico da população indígena no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 60, n. 4, p. 19_22, Out. 2008. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000400010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 jun. 2023.

BAHIA TURISMO. **Mapa da Costa das Baleias**. [s.l.]: [s.d.]. Disponível em: <<http://www.bahia-turismo.com/mapas/costa-baleias.htm>>. Acesso em: 03 jun. 2023.

BRANDÃO, Renato P. **A náutica do Atlântico Sul em dissonância com a narrativa de Caminha**. In: 2º Encontro Internacional História & Parcerias. Associação Nacional de História, Seção Rio de Janeiro, 2019, Rio de Janeiro. **Anais do 2º Encontro Internacional História & Parcerias** - Associação Nacional de História, Seção Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Associação Nacional de História; Seção Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1568852745_ARQUIVO_17e91685727c5a94b14328190f0423f6.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2023.

BRASIL. Decreto de 20 de abril de 1999. Cria o Parque Nacional do Descobrimento, no Município de Prado, no Estado da Bahia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 abr. 1999, Seção 1, p. 5. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DSN&numero=20/04-3&ano=1999&ato=47eMTSU9UeNpWTd1a>>. Acesso em: 11 mar. 2023.

BRASIL. Decreto de 05 de junho de 2012. Dispõe sobre a criação e a ampliação do Parque Nacional do Descobrimento, no Município de Prado, Estado da Bahia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 jun. 2012, Seção 1, p. 24. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DSN&numero=05/06-13323&ano=2012&ato=d60ETUE1kMVpWT019>>. Acesso em: 11 mar. 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 out. 1988. Seção 1, p. 1. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 09 dez. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=9985&ano=2000&ato=77ck3aq1kMNpWTfc9>>. Acesso em: 11 mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 mai. 2012. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12651&ano=2012&ato=a48QTVU1kMVpWT59b>>. Acesso em: 11 mar. 2023.

CAETANO DA SILVA, José L. Conflitos fundiários e étnicos entre Pataxó e 'sem-terra' no extremo sul da Bahia. **Anthropológicas**, Recife, v. 14, n. 1+2, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/view/23606>>. Acesso em: 29 jun. 2023.

CAMINHA, Pero V. de. **Carta a el-Rei Manoel sobre o achamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, [s.d.]. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

CARVALHO. Maria. R. de. O Monte Pascoal, os índios Pataxó e a luta pelo reconhecimento étnico. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 57, p. 507–521, set./dez. 2009. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v22i57.19049>.

CERQUEIRA NETO. Sebastião P. G. **Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2014. 222 p. ISBN: 978-85-232-1296-4.

CIMI — CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil: dados de 2021**. Brasília: CIMI, 2022. 280 p. ISSN: 1984-7645. Disponível em: <<https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-violencia-povos-indigenas-2021-cimi.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2023.

COUTINHO, Leopoldo M. **Biomass brasileiros**. São Paulo: Oficina de Textos, 2016. 128 p. ISBN: 978-85-7975-254-4.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900–1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Tradução: José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. 375 p. ISBN: 978-85-359-1859-5.

CRÓSTA, Alvaro P. **Processamento Digital de Imagens de Sensoriamento Remoto**. Campinas, SP: IG/UNICAMP, 1992. 170 p. ISBN: 85-853-690-27.

DEAN, Warren K. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Tradução: Cid Knipel Moreira. 484 p. ISBN: 978-85-7164-590-5.

FAHRIG, Lenore. Effects of habitat fragmentation on biodiversity. **Annual Review of Ecology, Evolution, and Systematics**, v. 34, p. 487–515, 2003. doi:10.1146/annurev.ecolsys.34.011802.132419.

FARIA, Deborah; DELABIE, Jacques H. C.; DIAS, Marcelo H. The Hileia Baiana: an assessment of natural and historical aspects of the land use and degradation of the Central Corridor of the Brazilian Atlantic Forest. *In*: MARQUES, Marcia C. M.; GRELLE, Carlos E. V. (Eds.). **The Atlantic Forest: history, biodiversity, threats and opportunities of the mega-diverse forest**. Cham, Suíça: Springer, 2021, 517 p. ISBN: 978-3-030-55322-7.

FERRAZ, Tiago *et al.* Genomic history of coastal societies from eastern South America. **Nature Ecology and Evolution**, n. 7, p. 1315-1330, 2023. doi:10.1038/s41559-023-02114-9.

FISHER, Peter F.; COMBER, Alex J.; WADSWORTH, Richard A. Land Use and Land Cover: Contradiction or Complement. *In*: FISHER, Peter F.; UNWIN, David J. (Eds.). **Re-presenting GIS**. Chichester, Inglaterra: John Wiley & Sons Ltd, 2005. ISBN: 978-0-470-84847-0.

FUNAI — FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. **Funai visita Terras Indígenas do extremo sul da Bahia e se pronuncia sobre os casos de violência contra indígenas da região**. Brasília: FUNAI, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/funai-visita-terras-indigenas-do-extremo-sul-da-bahia-e-se-pronuncia-sobre-os-casos-de-violencia-contra-indigenas-da-regiao>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

FUNAI — FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. Portaria nº 1.393/E, de 01 de setembro de 1982. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 set. 1982. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/PAD00005.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2023.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. **Mata Atlântica**. Itu, SP: Fundação SOS Mata Atlântica, 2021. Disponível em: <<https://www.sosma.org.br/causas/mata-atlantica/>>. Acesso em: 17 jun. 2023.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; INPE — INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica: Período 2021–2022. Relatório Técnico**. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, 2023. 61 p. Disponível em

<https://cms.sosma.org.br/wp-content/uploads/2023/05/SOSMAAtlas-da-Mata-Atlantica_2021-2022-1.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2023.

IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agrícola Municipal 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=sobre>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa da Pecuária Municipal 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?=&t=sobre>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

ICMBIO — INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Portaria nº 146, de 26 de dezembro de 2014. Aprova o Plano de Manejo do Parque Nacional do Descobrimento no Estado da Bahia. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 dez. 2014. Seção 1, p. 157. Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/2079_20160302_155654.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2023.

ICMBIO — INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Termo de Compromisso nº 02/2018**. Termo de Compromisso que entre si celebram o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade — ICMBio e as comunidades indígenas Pataxó das aldeias Alegria Nova, Gurita, Kaí, Monte Dourado, Pequi e Tibá, da Terra Indígena Comexatibá, para estabelecer normas de convivência entre as partes na área de sobreposição entre o Parque Nacional do Descobrimento e a Terra Indígena Comexatibá. Prado, BA, 22 mar. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/mata-atlantica/lista-de-ucs/parna-do-descobrimento/arquivos/termo_de_compromisso_02_2018_parna_descobrimento.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2023.

LAMAS, Ivana; CREPALDI, Maria O.; MESQUITA, Beto. **Uma rede no corredor: memórias da Rede de Gestores das Unidades de Conservação do Corredor Central da Mata Atlântica**. Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2015, 156 p. ISBN: 978-85-98830-28-5.

LEITE, Dayse S.; ARAÚJO SOBRINHO, Fernando L. **Geodiversidade em áreas de ocorrência de muçunungas no Parque Nacional do Descobrimento, Prado Bahia: notas para a gestão ambiental pública**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUK EwjH8daKlsyEAxVBpZUCHSyJCmkQFnoECBYQAQ&url=https%3A%2F%2Fava.icmbio.gov.br%2Fpluginfile.php%2F4592%2Fmod_data%2Fcontent%2F22741%2FTFG_2_Dayse_de_Souza_Leite_26out2021_2__versao_banca.pdf&usg=AOvVaw1GrreXCRNu8ssLvJ2qh5mf&opi=89978449>. Acesso em: 07 dez. 2023.

MARETTI, Cláudio C.; CATAPAN, Marisete I. S.; ABREU, Maria J. P. de; OLIVEIRA, Jorge E. D. de. Áreas protegidas: definições, tipos e conjuntos - reflexões conceituais e diretrizes para gestão. *In*: Maria Olatz Cases. (Org.). **Gestão de Unidades de Conservação**: compartilhando uma experiência de capacitação. 1ed. Brasília: WWF-Brasil, 2012, p. 331–367. ISBN: 978.85-86440-49-6.

MAXIMIANO, Liz A. Considerações sobre o conceito de paisagem. **RA'EGA**, Curitiba, n. 8, p. 83_91, 2004. doi:10.5380/raega.v8i0.3391.

MAY, Peter H.; ROCHA, Rui B. O sistema agrossilvicultural do cacau-cabruca. *In*: LOPES, Ignez V. *et al.* **Gestão ambiental no Brasil**: experiências e sucesso. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. 377 p. ISBN: 978-85-225-0209-7.

MENESES, Paulo R. Princípios de Sensoriamento Remoto. *In*: MENESES, Paulo R.; ALMEIDA, Tati de (Orgs.). **Introdução ao Processamento de Imagens de Sensoriamento Remoto**. Brasília: UnB & CNPq, 2012, 266 p. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/332292728_INTRODUCAO_AO_PROCESAMENTO_DE_IMAGENS_DE_SENSORIAMENTO_REMOTO>. Acesso em: 14 jul. 2023.

METZGER, Jean P. W. O que é ecologia de paisagens? **Biota Neotropica**, Campinas, v. 1, n. 1/2, 2001. doi:10.1590/s1676-06032001000100006.

MMA — MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE; CI — CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL; FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. **O Corredor Central da Mata Atlântica**: uma nova escala de conservação da biodiversidade. Brasília: Ministério do Meio Ambiente / Conservação Internacional, 2006. 46 p. ISBN: 85-7738-014-9.

MITTERMEIER, Russel A. *et al.* **Hotspots Revisited**: Earth's Biologically Richest and Most Endangered Terrestrial Ecoregions. Washington D.C.: CEMEX, 2004. 390 p. ISBN: 968-6397-77-9.

NUNES, Eduardo. J. F. **Ordenação do território e desenvolvimento regional sustentável no Extremo Sul da Bahia**: 1960–2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Barcelona, Barcelona, 2002.

PRADO (Prefeitura Municipal - Bahia). **História de Prado**. Prado, BA: Prefeitura Municipal de Prado, [s.d]. Disponível em: <<https://prado.ba.gov.br/historia/>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

PRADO (Prefeitura Municipal - Bahia). Lei nº 56/2001. Define o Perímetro Urbano e dá outras providências. Prado, BA: **Prefeitura Municipal de Prado**, 2001. Disponível em: <<https://www.camaraprado.ba.gov.br/Site/LeiMunicipal/76177>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

PRADO (Prefeitura Municipal - Bahia). Lei Complementar nº 158/2005. Institui o Plano Diretor Urbano e dá outras providências. Prado, BA: **Prefeitura Municipal de Prado**, 2005. Disponível em: <<https://www.camaraprado.ba.gov.br/Site/LeiMunicipal/37871>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

PROJETO MAPBIOMAS. **Coleção 7.1 da Série Anual de Mapas de Uso e Cobertura da Terra do Brasil**. Disponível em: <<https://brasil.mapbiomas.org/>>. Acesso em: 28 mai. 2023.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2015. 358 p. ISBN: 978-85-260-2225-6.

ROSS. Jurandyr L. S. **Ecogeografia do Brasil: subsídios para planejamento ambiental**. Oficina de Textos, 2006. 208 p. ISBN: 85-86238-60-0.

SAMPAIO, José A. L. Breve história da presença indígena no extremo sul baiano e a questão do território Pataxó do Monte Pascoal. In: ESPÍRITO SANTO, Marco A. do (Org.). **Política indigenista: Leste e nordeste brasileiros**. Brasília: Funai, 2000. p. 121_136. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/livros/politica-indigenista-leste-e-nordeste-brasileiros/politica-indigenista-leste-e-nordeste-brasileiros.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2023.

SOARES. Irani S. **A organização do espaço em assentamentos de reforma agrária na Bahia: intenções e ações**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SPIX, Johann N. von; MARTIUS, Carl F. P. von. Relatórios 2 e 3. In: COSTA, M. F. G.; OJEDA, P. M. D. **Spix e Martius: relatórios ao rei**. Rio de Janeiro: Capivara, 2018. 352 p. ISBN: 978-85-890-9369-2.